



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL		
EVENTO: Seminário	Nº: 1.610/12	DATA: 27/11/2012
INÍCIO: 14h17min	TÉRMINO: 18h05min	DURAÇÃO: 03h48min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h42min	PÁGINAS: 60	QUARTOS: 45

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
<p>MOREIRA FRANCO - Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.</p> <p>CELSO AMORIM - Ministro de Estado da Defesa.</p> <p>ANDRÉ MARTIN - Professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo — USP.</p> <p>ALFREDO JALIFE-RAHME - Diretor do Centro de Estudos Geoestratégicos da Universidade Autônoma Metropolitana, Unidade Xochimilco — UAM-X, situada no México, e colunista do periódico <i>La Jornada</i>.</p> <p>ROBERTO CARVALHO - Subchefe de Inteligência Estratégica do Ministério da Defesa</p> <p>MARCUS VINICIUS DE LIMA ARANTES - Autor do livro <i>Torpedo — o Terror no Atlântico</i>.</p>

SUMÁRIO: Seminário *Estratégias de Defesa Nacional*, sob o tema *As grandes tendências no cenário estratégico global: repercussões para o Brasil*.

OBSERVAÇÕES
<p>Não foi elaborado o roteiro da reunião.</p> <p>O seminário foi suspenso e reaberto.</p> <p>Houve exposição em espanhol com tradução simultânea para o inglês.</p> <p>Há orador não identificado.</p>



O SR. APRESENTADOR (David Rayol) - Autoridades civis, militares e diplomáticas, imprensa, estudantes, senhoras e senhores, boa tarde.

Tem início neste momento a cerimônia de abertura do Seminário *Estratégias de Defesa Nacional*, uma realização da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.

Senhoras e senhores, neste momento, abrindo os atos protocolares desta cerimônia, são convidados a compor a Mesa de Abertura a Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Perpétua Almeida (*palmas*); o Sr. Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim (*palmas*); o Sr. Ministro de Estado da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Moreira Franco (*palmas*); o Sr. Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto (*palmas*); o Sr. Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri (*palmas*) e o Sr. Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito. (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, composta a Mesa de Honra, convidamos os demais presentes a se colocarem em posição de respeito para o canto do Hino Nacional.

(*É executado o Hino Nacional.*)

O SR. APRESENTADOR (David Rayol) - Gostaríamos de informar que este evento está sendo transmitido em tempo real pela Internet no endereço www.camara.leg.br. Àqueles que nos acompanham, nosso especial boa-tarde.

Senhoras e senhores, a estratégia de defesa nacional será a temática deste seminário, que os especialistas convidados abordarão durante este evento, trazendo à reflexão os mais relevantes aspectos relacionados ao campo da defesa, com destaque para as principais tendências do cenário estratégico global: a cooperação com a América do Sul e com a África, subsídios para a apreciação do Livro Branco de Defesa Nacional e o desenvolvimento da base industrial de defesa.

Gostaríamos, mais uma vez, de lembrar aos internautas que acompanham este evento pelo portal e-Democracia da Câmara dos Deputados que já, neste momento, está aberta a participação pela Internet.

Senhoras e senhores, neste momento, para que se pronuncie e para que declare oficialmente aberto o Seminário *Estratégias de Defesa Nacional*, fará uso da



palavra a Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Perpétua Almeida. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Boa tarde, senhoras e senhores; Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim; Exmo. Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco; Exmos. Srs. Comandantes das nossas três Forças de Defesa Nacional e nossos militares; senhores membros do corpo diplomático estrangeiro aqui presentes; senhoras e senhores representantes da sociedade civil; representantes das empresas brasileiras e estrangeiras do setor defesa, a maioria delas inclusive parceiras deste seminário; senhoras e senhores jornalistas; acadêmicos e universitários aqui presentes.

Eu gostaria de saudar ainda, de forma especial, o Presidente da nossa Frente Parlamentar aqui presente, Deputado Carlos Zarattini, estendendo nessa saudação minha gratidão a todos os que conceberam e tornaram possível este grande seminário, em especial a toda a equipe do IPEA, que tem garantido parceria imprescindível nos trabalhos da nossa Comissão. Em especial também, um agradecimento, pela dedicação, a todos os servidores da Casa, especialmente aos da nossa Comissão de Relações Exteriores.

Senhoras e senhores, ao assumirmos a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, no início deste ano, aprovamos um plano de trabalho que, dentre outras iniciativas, apontava para a realização de dois grandes eventos no sentido de reunir os principais formuladores, executores e especialistas dos dois campos temáticos, das duas áreas de responsabilidade desta Comissão: as relações exteriores e a defesa nacional.

Estes seminários foram propostos com o objetivo de atualizar a visão do Parlamento brasileiro a respeito desses dois grandes eixos estratégicos para a configuração e para a concretização do projeto nacional de desenvolvimento do Brasil.

Assim, no último mês de setembro, realizamos o Seminário *Política Externa Brasileira em um Mundo em Transição*, com enorme participação de estudiosos do Governo, da academia e da sociedade, pois é grande o número de cidadãos interessados nessa questão, que vem ganhando relevo na pauta estratégica



brasileira, sobretudo após o reconhecimento do protagonismo exercido pelo Brasil no mundo.

Dez anos após a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional ter realizado neste plenário o Seminário *Políticas de Defesa para o Século XXI*, fazemos agora este seminário, com o tema *Estratégias de Defesa Nacional*, com a presença dos principais atores deste debate, provenientes do Governo, da academia, da indústria e da sociedade, e de convidados do exterior.

Sua realização é parte da novidade que vem se firmando nos anos recentes. Na medida em que avança e se consolida a democracia no País, os temas de defesa crescentemente deixam de ser exclusividade dos brasileiros de farda para serem temas de interesse de toda a sociedade. Certamente, nossos militares serão os primeiros a defender o princípio de que mais forte será a Defesa Nacional quanto mais brasileiros — seja com farda, seja na linha de produção de nossas indústrias, seja ainda nas salas de aula e nos laboratórios de pesquisas — se dedicarem aos temas estratégicos.

Senhoras e senhores, com a experiência, este ano, à frente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, cresce nossa convicção de que aumenta exponencialmente a compreensão dos brasileiros do fato de que nosso recente processo de ascensão política e econômica no mundo só se sustentará na medida em que tivermos capacidade para compatibilizar ascensão econômica e social com a nossa estratégia militar. Será preciso, então, superar o mais rapidamente possível o hiato que separa nossa crescente presença política e econômica no mundo dos nossos ainda poucos aparatos de defesa.

Entre as 20 maiores economias do mundo, só investimos em defesa mais que duas delas, segundo disse recentemente o Ministro da Defesa em depoimento nesta Casa. Portanto, há um claro descompasso entre o crescimento do País com os incentivos que são aportados à área de defesa.

Assim, consideramos que o conjunto de ações e iniciativas ocorridas no último período, que inclui a realização deste seminário, bem como o recente envio dos três documentos que esboçam o que podemos chamar de nossa “grande estratégia” — o Livro Branco de Defesa Nacional, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa —, terá sucesso na medida em que contribuirão para



a tomada de decisões de vulto que resultem na compreensão deste Parlamento e da sociedade brasileira no sentido da superação do mencionado hiato.

Precisamos, então, dar passos ainda mais largos para reaparelhar nossas Forças Armadas a partir de um programa que tenha coerência com a atual orientação estratégica brasileira, de forte poder de dissuasão em relação aos que ousem ameaçar a soberania, as riquezas e a integridade da nossa Nação; que garanta também volume de investimentos compatível com a necessidade de acelerar a aproximação da estatura estratégico-militar em relação à estatura política e econômica do Brasil no mundo, e, ainda, que sinalize às indústrias do setor de defesa no sentido de que vale a pena investir em pesquisa e inovação, pois, dessa forma, as Forças Armadas terão como adquirir equipamentos e tecnologias e estar à altura dos grandes desafios que se impõem ao Brasil enquanto sexta maior economia do mundo e detentor de inúmeras reservas naturais.

Nesse sentido é que quero propor e, ao mesmo tempo, anunciar, tendo em vista conversas previamente realizadas, como consequência deste seminário, a criação de um grupo de trabalho constituído amplamente por setores deste Parlamento, da sociedade, da academia e do empresariado nacional, com convite, é claro, para a participação do Governo Federal para que proponham saídas amplamente consensuadas e que representem os interesses de Estado e do povo brasileiro, visando instituir fontes de recursos ou regras estáveis e compatíveis para o financiamento dos grandes projetos estratégicos das Forças Armadas, projetos esses, que aqui serão anunciados, estimados em mais de 400 bilhões de reais, em 20 anos, o que acarretará, positivamente até o ano de 2030, 60 mil novos empregos diretos e 240 mil empregos indiretos.

Alçamos, assim, as indústrias brasileiras em 15º lugar no *ranking* das grandes *players* mundiais na área de Defesa.

Nesse grupo de trabalho, estudando e observando como é o histórico dos investimentos em Defesa no Brasil, a nossa legislação, a legislação e a prática de outros países, buscaremos levar à Presidenta Dilma e ao conjunto da sociedade resultados e proposições que nos permitam adotar, com as forças política e social que necessitam iniciativas desse tipo, orçamentos previsíveis, fontes estáveis, perenes e compatíveis com as necessidades do nosso País, constituindo assim uma espécie de fundo soberano da Defesa Nacional.



Esse grupo de trabalho será parte de outra iniciativa legislativa, relevante, tomada no âmbito do nosso mandato à frente da Comissão, que foi a criação da Subcomissão de Acompanhamento dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas, presidida por mim e constituída pelos Relatores Setoriais da Marinha, o Deputado Hugo Napoleão; do Exército, Deputado Vitor Paulo; e da Aeronáutica, Deputado Leonardo Gadelha.

Somam-se a essas iniciativas a já tão bem sucedida Frente Parlamentar Nacional da Defesa, constituída amplamente nesta Casa e presidida pelo nosso Deputado Carlos Zarattini.

Senhoras e senhores, este seminário, esta Comissão e, de modo geral, acredito que o Congresso Nacional, congratulam-se com a Presidenta Dilma e com o Ministro Celso Amorim pelo envio das três peças mencionadas — o Livro Branco, a Política Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa — para apreciação, como diz a nossa legislação, por este Congresso Nacional.

Com esses documentos, torna-se mais nítido, mais explícito e mais transparente a forma de como o Brasil vê o mundo sob a ótica estratégico-militar, bem como demonstra para os amigos e para os não tão amigos assim os meios que possuímos para defender a nossa soberania, as nossas riquezas, e, sobretudo a nossa integridade nacional.

A forma como foi estruturado o presente seminário em si já permitirá extrair elementos para uma elaboração a ser encaminhada ao Executivo da nossa proposta referente aos documentos da Defesa Nacional.

Gostaria de propor ainda mais duas outras iniciativas. A primeira, já mencionada, é o grupo de trabalho sobre as fontes de recursos que financiarão a área da Defesa. A segunda, já em andamento, é o da realização de uma Comissão Geral, no plenário da Câmara dos Deputados, no início de 2013, com a exposição do Livro Branco pelo Ministro da Defesa, Celso Amorim, para que as representações partidárias na Casa, partidos políticos e sociedade civil, se pronunciem em relação a esses documentos. A partir daí, a terceira iniciativa será compor um documento amplamente consensual, ou pelo menos apoiado por ampla maioria, para que seja encaminhado, ainda no primeiro semestre de 2013, ao Poder Executivo, como expressão do pensamento deste Poder Legislativo, com a contribuição da sociedade brasileira.



Meus amigos, minhas amigas, para concluir estas palavras de abertura deste seminário, não poderia deixar de expressar brevemente a importância de outros dois temas que o constituem.

Primeiro, sobre a importância de uma estratégia de cooperação com o que chamamos de nosso entorno estratégico: a América do Sul e a África, incluindo, entre eles, não como fator de divisão, mas de unidade, o Atlântico Sul.

A cooperação com a América do Sul, no âmbito do Conselho Sul-Americano de Defesa, que nesses dias realiza a reunião em Lima, deve ser basilar na geoestratégica brasileira. É a partir daí que iremos constituir, como costuma dizer o Ministro Celso Amorim, uma estratégia de dissuasão para fora e cooperação para dentro.

Por fim, mas não menos importante, inclusive porque será a primeira Mesa deste seminário, após a conferência do Ministro Celso Amorim, quero manifestar nossa preocupação com as repercussões para o Brasil das grandes tendências no cenário estratégico global.

Para nossa lamentação e dos brasileiros em geral, povo de índole pacífica e defensor da paz, como pressuposto para o curso do seu projeto nacional de desenvolvimento, observamos com preocupação que o mundo tende a ser cada vez mais instável e perigoso. Um exemplo forte e que se vislumbra como cenário provável num período próximo é a atual crise econômica nos países centrais, que tende a aguçar posições aventureiras e dissonantes em relação ao controle dos recursos estratégicos nos países em desenvolvimento.

Os tambores de guerra não param sua melancólica e sanguinária toada. O último que se viu foram os oito dias de criminosa chuva de bombas sobre o povo palestino sitiado em Gaza e que vitimou quase duas centenas de pessoas, incluindo crianças, em imagens que voltaram a chocar o mundo.

Como um chamado e exortação à paz no Oriente Médio e em todos os quadrantes do mundo, sentimento que, tenho certeza, expressa a opinião do povo brasileiro, declaro aberto o presente seminário Estratégias de Defesa Nacional.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. APRESENTADOR (David Rayol) - Prestigiando este evento, assim como os demais presentes, anunciamos a Sra. Deputada Jandira Feghali e agradecemos a sua presença.



Neste momento, para um pronunciamento de saudação aos presentes, fará uso da palavra o Sr. Ministro de Estado da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Moreira Franco. (*Palmas.*)

O SR. MINISTRO MOREIRA FRANCO - Exma. Deputada Perpétua Almeida, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Exmo. Sr. Ministro Celso Amorim; Srs. Comandantes, Almirante Julio Soares de Moura, General Enzo Martins, Brigadeiro Juniti Saito; Sr. Deputado Carlos Zarattini, Presidente da Frente Parlamentar de Defesa Nacional, Sras. e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Gostaria inicialmente de parabenizar a Deputada Perpétua.

Eu fui, durante muitos anos, membro desta Casa e tive o privilégio de compor a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Até então, para a minha alegria, se não a primeira, mas essa é certamente uma das primeiras iniciativas da Comissão de Relações Exteriores que é tomada no sentido de debater a defesa nacional.

Creio que isso tenha um significado extremamente importante, porque nós todos sabemos, e vocês, senhores generais, senhores militares das nossas Forças, estudiosos das nossas universidades, sabem muito bem dos grandes desafios que as Forças têm para tornar realidade não só a Estratégia de Defesa Nacional, mas, sobretudo a Política de Defesa Nacional.

E esse desafio não é um desafio só intelectual; ele é um desafio material. É necessário que a sociedade brasileira entenda a importância de ter dotação no Orçamento para cumprir com as obrigações que toda a comunidade tem de cuidar da sua autodefesa, da sua sobrevivência, da sua existência, do seu futuro e do seu crescimento.

E esse desafio é um desafio porque as condições não são favoráveis, minha querida, se me permite assim chamar, amiga Perpétua. Não são favoráveis não por falta de empenho, de competência, de entusiasmo, de dedicação, de trabalho, de estudo, daqueles que compõem as nossas Forças e que, num cumprimento a um esforço imenso de um grande reencontro com a sociedade brasileira, buscam, cada vez mais, aprofundar suas relações com os institutos de pesquisa, com a academia, com o mundo civil, para que a defesa não seja defesa nacional, mas sim nacional de defesa, para que a política seja um instrumento de toda a sociedade e não só de um



pequeno grupo, que tem a responsabilidade, em última instância, de torná-la real, material, executável.

Para que isso ocorra, repito, é necessário que haja medidas nesta Casa, e esta é a Casa em que essas medidas poderão ser tomadas, na Comissão Mista de Orçamento, para que as Forças possam ter os recursos.

Eu, que venho do mundo acadêmico, quando cheguei à SAE, descobri que a questão de recursos para as Forças é muito parecida com a questão de recursos para o mundo acadêmico. Quando há projetos de pesquisa sendo financiados, é importante o montante, o quanto está se dedicando para que esses projetos se tornem realidade, mas é mais importante do que isso a regularidade da liberação.

Não adianta colocar 3 bilhões de reais em um orçamento, com um cronograma físico e financeiro previamente definido, se não se cumprirem as liberações.

Você desorganiza, você desmobiliza, você pega o que hoje é mais importante no mundo, que é o conhecimento, e esse conhecimento está nas pessoas. E, na medida em que as pessoas não têm as condições de executar o seu trabalho e de dar, pelo seu trabalho, dignidade à sua família, elas têm que procurar alternativas. São fábricas que são desorganizadas, são pesquisadores que vão buscar outros caminhos, são processos de conhecimento em andamento que se desmobilizam, que se destroem, por falta da presença daqueles que estão construindo esse processo.

E tudo isso decorre não só de uma fragilidade no Orçamento, mas, sobretudo de uma sistemática de liberação, que quer colocar esse desafio, que é exatamente garantir às Forças que preservem a sociedade brasileira bem defendida nos seus interesses e na projeção do seu futuro, porque não há os meios e os recursos necessários para tal.

Então, eu não tenho dúvida de que essa é uma iniciativa, por ser aqui na Câmara, por ser nesta Casa, extremamente alvissareira, e que nos enche a todos de esperança, sobretudo a SAE, que contribuiu bastante junto ao Ministério da Defesa e às Forças para que nós tivéssemos não só a Estratégia Nacional de Defesa, a Política Nacional de Defesa e o Livro Branco. E a SAE acha que esse movimento, o movimento de nós termos nesta Casa uma atitude mais enérgica dos Parlamentares



no sentido de garantir os recursos financeiros no Orçamento, para que os programas das Forças sejam executados. Repito, essa iniciativa abre uma janela imensa.

E também a qualidade dos expositores não só militares, mas civis, que terão a oportunidade, nesses 2 dias, de colocarem luz para que os Deputados possam refletir, e é importante que os Deputados entendam a necessidade da relevância, da garantia da defesa e dos recursos para que isso ocorra, porque os Deputados são o mais importante, o privilegiado elo de comunicação com a sociedade.

Se a sociedade brasileira não tiver consciência de que o dinheiro colocado para que as Forças possam executar os seus programas é um dinheiro que se justifica, que é ampla e importantemente fundamental para a sobrevivência do País como Nação, nós jamais teremos nesta Casa uma atitude agressiva, permanente, presente dos Parlamentares defendendo, na Comissão de Orçamento, os recursos necessários para que as três Forças possam cumprir com as suas obrigações.

Daí a segunda importância desse seminário: traz não só militares, mas também civis para discutir questões que são exatamente aquelas que deverão chegar ao cidadão brasileiro, ao contribuinte brasileiro, para que ele possa avaliar de maneira muito mais concreta que é importante o dinheiro para os programas sociais; é importante o dinheiro para garantir a ampliação do mercado de consumo; é importante que se tenham os recursos necessários para dar substância aos instrumentos de política econômica que permitam alcançar o objetivo que a Presidenta Dilma tem expressado reiteradamente, no sentido de termos uma sociedade com uma classe média sólida, que seja capaz de nos sustentar como Nação. Mas é importante também que todo esse esforço tenha, ao mesmo lado, os recursos necessários para que as Forças possam garantir a defesa desse patrimônio, que é a sociedade brasileira.

São coisas que não se comparam, porque elas correm paralelamente, uma é indispensável à outra. Nós não seremos nunca uma sociedade respeitada, e por isso dando tranquilidade ao cidadão de construir o nosso crescimento, se nós não tivermos condições de nos defender.

E daí eu deixo um desafio, pois tenho tido, nesses 2 anos de experiência, um contato maior com essa questão tão importante e que, infelizmente, não fazia parte das minhas inquietações acadêmicas e intelectuais, que é a questão da defesa nacional. Eu me pergunto sempre se, para facilitar esse trabalho de compreensão da



sociedade brasileira, para que nós pudéssemos ter nesta Casa, que eu conheço tão bem, Parlamentares mais engajados nessa luta, com metas e objetivos bem definidos, se não está na hora de nós começarmos, preservando os nossos valores de país, de cordialidade, de tranquilidade com os nossos vizinhos, com os nossos irmãos do mundo todo, mas se não está na hora de nós começarmos a mobilizar a comunidade acadêmica para dizer quais as ameaças que nós temos como Nação e como País.

Se nós colocamos como objeto da nossa produção a definição de uma política nacional de defesa e uma estratégia para realizar essa política nacional de defesa, nós nos defendemos de alguma coisa, nós nos defendemos de alguém, nós nos defendemos de ameaças que são analisáveis, são palpáveis, são verificáveis.

Cada um de nós, como cidadão, temos as nossas ameaças no nosso dia a dia, e nós nos defendemos dela e nos organizamos para nos defender dela. E, quando temos consciência de quais são essas ameaças, nós mobilizamos muito mais recursos materiais, recursos intelectuais, recursos familiares, recursos comunitários, para evitar que ela se transforme em realidade.

Eu creio que a sociedade brasileira já está suficiente madura para poder debater sobre as ameaças que ela tem. Na medida em que cada cidadão brasileiro souber qual a ameaça que a nossa comunidade tem, ele, com muito mais serenidade, tranquilidade e consciência — tenho certeza —, saberá apoiar os movimentos que justificarão os recursos orçamentários necessários para que essas ameaças sejam defendidas, de maneira que nos levem a mostrar que a modernidade das nossas Forças, o aparelhamento das nossas Forças, a qualidade intelectual, estratégica e acadêmica daqueles que as compõem, elas são fundamentais para que esses objetivos sejam alcançados e, conseqüentemente, a paz que nós precisamos para produzir exista.

Por isso, eu não tenho dúvida que, com mentes tão brilhantes como essas que participarão desses seminários também nessa área, nós vamos dar um passo, porque vamos, certamente ao final, colocar uma luz sobre essa reflexão, que é a consciência e a clareza presentes em cada cidadão brasileiro de qual ameaça nós temos que nos precaver.

Conseqüentemente, como todos sabemos, qualquer atitude do ser humano custa dinheiro, seja privado, seja público. Se você tem consciência contra o que nos



defender, certamente nós vamos ter muito mais facilidade em ver, nesta Casa, Parlamentares engajados em lutas, apoiados pela comunidade, para alcançar objetivo tão nobre, que é a construção de uma sociedade livre, de uma sociedade democrática, de uma sociedade justa, mas, sobretudo, rica, rica o suficiente para dar qualidade de vida as nossas famílias e ao cidadão brasileiro.

Muito obrigado e muito sucesso. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR (David Rayol) - Senhoras e senhores presentes neste recinto, prestigiando a cerimônia de abertura deste seminário, registramos e agradecemos a presença do Sr. Deputado Leonardo Gadelha e da Sra. Deputada Jô Moraes.

Concluído o pronunciamento do Sr. Ministro de Estado da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, neste momento, anunciamos a conferência de abertura do evento sobre o tema Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro, a ser proferida pelo Sr. Ministro de Estado da Defesa Celso Amorim. (*Palmas.*)

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM - Exma. Sra. Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, minha amiga, Deputada Federal Perpétua Almeida; Exmo. Sr. Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Wellington Moreira Franco; Exmo. Sr. Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto; Exmo. Sr. Comandante do Exército, General de Exército Enzo Martins Peri; Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito; Srs. Deputados Carlos Zarattini, Jô Moraes, Leonardo Gadelha, Sra. Embaixadora Vera Machado, Exmos. Srs. Oficiais-Generais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, membros do Corpo Diplomático, senhores oficiais, acadêmicos, jornalistas, senhoras e senhores.

É algo um pouco pomposo fazer uma conferência, mas foi a incumbência que me foi dada e vou procurar levá-la a cabo.

Mas, inicialmente, eu não posso deixar de me referir às palavras inspiradoras da nossa Presidenta Perpétua Almeida, até porque os pontos de vista por ela expressos são também esposados por nós em grande medida. E é motivo de alegria ver que o Executivo e o Legislativo estão falando com uma voz, não diria única,



porque nem é bom que seja única, mas com vozes semelhantes, não dissonantes, sobre tema de tal importância.

Também quero rapidamente me referir às palavras eloquentes e experientes do Ministro e Deputado Moreira Franco, que focalizou de maneira muito apropriada várias questões, entre elas a questão da defesa e do orçamento. Eu me referirei a isso ao longo da conferência, mas não queria deixar de fazer uma breve menção à maneira apropriada e adequada como isso foi lembrado aqui.

Como tenho dito, mais de uma vez — e creio que este evento de hoje ilustra esse fato —, a defesa não é um problema do Ministério da Defesa nem do Governo, nem só do Estado. É um problema da sociedade como um todo. Então, saber quanto nós podemos despender em defesa é uma questão para a sociedade. O Governo não pode tomar decisões que não estejam amparadas no sentimento social. Eu não vou me estender sobre isso, porque creio que o Ministro Moreira Franco, de maneira muito adequada, mencionou essa questão.

Passo, então, à minha conferência.

Senhoras e senhores, quero dizer da minha satisfação em retornar à Câmara dos Deputados para participar de seminário sobre a Defesa do Brasil.

Em fevereiro, recebi o honroso convite para fazer a abertura de um seminário sobre política industrial e tecnológica na área de Defesa, promovido pela Frente Parlamentar de Defesa Nacional.

Em março e abril, compareci a audiências públicas no Senado Federal e, em julho, em ato com o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney — em que estava presente também a Deputada Perpétua Almeida —, entreguei à apreciação do Congresso o Livro Branco de Defesa Nacional e as novas versões da Política e da Estratégia Nacionais de Defesa.

Agora, graças à iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tenho a oportunidade de debater aqui assuntos centrais para o pensamento estratégico, como o atual cenário global, o entorno geoestratégico brasileiro, as relações da Defesa com a sociedade e os desafios para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa.

Esse contato estreito e regular que tenho mantido com as duas Casas do Congresso é um reflexo da importância que os temas da Defesa alcançaram na agenda política e, de maneira mais ampla, na agenda da opinião pública.



A Deputada Perpétua Almeida afirmou com propriedade em artigo recente que, hoje, a sociedade brasileira *“opina, sugere, critica e participa do debate acerca do modelo de defesa nacional que considera mais apropriado para um país que já é a sexta economia mundial e que atua com elevado protagonismo na cena internacional”*.

Eu acrescentaria: esse interesse, manifestado por variados setores sociais, expressa a determinação do povo brasileiro de ser parte ativa na construção de seu destino como nação independente.

Em 1988, o Brasil inscreveu em sua Constituição, sob o signo da soberania popular, as decisões referentes à defesa de sua população, de seu território e de seus interesses. Demonstrou, assim, sua convicção de que democracia e defesa se reforçam mutuamente.

Passado mais um quarto de século desde a redemocratização, esta convicção tem sido corroborada pelos fatos.

A liderança civil das Forças Armadas é hoje uma realidade não contestada. A ela corresponde, com igual naturalidade, a valorização e o respeito do profissionalismo militar.

A altíssima credibilidade de que gozam nossos marinheiros, soldados e aviadores junto à população brasileira — inclusive consignada em estudo do IPEA — dá testemunho disso.

O crescente interesse público por assuntos militares não se confunde, portanto, com militarismo de qualquer natureza.

O envolvimento do conjunto da população no debate sobre as questões vitais da paz e da guerra é da essência da democracia.

Segundo o famoso relato de Tucídides, a *Oração Fúnebre*, pronunciada por Péricles aos atenienses, no ano 430 antes de Cristo, enunciou a importância capital da tomada de decisões de forma democrática para a condução dos destinos da coletividade.

Péricles assevera que seus concidadãos — mesmo abatidos pelas adversidades na guerra contra Esparta — têm o dever de *“decidir as questões públicas por si mesmos, na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação”*.



Felizmente, as ações que nos cabe tomar hoje são bastante diversas daquelas que levariam a uma guerra geral e consumiriam a civilização grega.

Vivemos em um tempo de paz e nos beneficiamos dele. Mas as ações que decidirmos tomar para manter a paz e evitar a guerra devem, da mesma forma, ser amadurecidas pelo debate democrático.

A compreensão clara das questões ligadas à nossa política de defesa resultará de um intercâmbio transparente entre Governo e Legislativo, entre Estado e sociedade.

Com este propósito, em julho, o Governo submeteu à apreciação do Congresso Nacional os três documentos que já foram aqui mencionados: as novas versões da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, bem como o Livro Branco de Defesa Nacional. Por meio deles, a sociedade está apta a conhecer, de forma ampla, as capacidades militares do país e os objetivos e desafios da Defesa Nacional.

A Política de Defesa parte da constatação de que, *“após longo período livre de conflitos que tenham afetado diretamente o território e a soberania nacional, a percepção das ameaças”* — de que falava o Ministro Moreira Franco — *“está desvanecida para muitos brasileiros”*.

Por isso, um de seus propósitos *“é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira da importância da defesa do País e de que esta é um dever de todos os brasileiros”*.

A Política Nacional de Defesa lastreia-se na Constituição Federal e alinha-se às diretrizes de Governo — em particular às diretrizes da política externa brasileira, orientadas pela solução pacífica das controvérsias, pelo fortalecimento da paz e da segurança internacionais, pelo reforço do multilateralismo e pela integração sul-americana (como parte indispensável da integração latino-americana e caribenha como um todo).

A garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial é o mais alto Objetivo Nacional de Defesa elencado pela Política.

A Estratégia Nacional de Defesa, por sua vez, estabelece as orientações e as formas de alcançar os objetivos de defesa por meio de ações de médio e longo prazo.



Um dos desafios que identifica é o fato de ser *“indispensável para as Forças Armadas de um país com as características do nosso, manter, em meio à paz, o impulso de se preparar para o combate e de cultivar, em prol desse preparo, o hábito da transformação”*. São palavras da própria estratégia.

O primeiro eixo dessa transformação é a reorganização e reorientação das Forças Armadas, de modo a que estejam preparadas para desempenhar sua missão constitucional de defesa da pátria no contexto dos riscos e das ameaças do século XXI.

Outro eixo é a organização da indústria nacional de defesa — também aqui referida —, orientada pelo preceito de que a política de defesa é indissociável da política de desenvolvimento.

O documento define três setores estratégicos em que o país deve alcançar autonomia tecnológica, entre outros, o nuclear, o cibernético e o aeroespacial.

Destaco o importante papel do Congresso Nacional na apreciação e implementação dessas e de outras ações previstas na Estratégia.

Governo e Legislativo deram juntos um grande passo com a Lei nº 12.598, de 2012, que marca um novo tempo para as indústrias estratégicas de defesa. Este exemplo é ilustrativo do fato de que a política de defesa é uma obra coletiva, que só pode ser bem sucedida se mobilizar os agentes sociais e econômicos do País.

Por sua vez, o Livro Branco divulga e detalha a visão geral do Governo na área da Defesa. É uma medida concreta que visa à sensibilização do público para a importância da Defesa.

Nas palavras da Sra. Presidenta da República, Dilma Rousseff, no prefácio ao Livro, *“é um convite à reflexão e ao diálogo. Sua leitura indicará, sobretudo, que Defesa e Democracia formam um círculo virtuoso no novo Brasil que estamos construindo”*.

A publicação do Livro Branco, pioneira no Brasil, cumpre, assim, duplo propósito: de um lado, comunica com transparência à sociedade os objetivos traçados para sua defesa bem como as carências que terão de ser supridas para a sua realização; de outro, sinaliza as estratégias de preservação dos interesses brasileiros, de modo a manter os altos níveis de confiança junto a nossos parceiros no exterior.



O Livro Branco é, ele mesmo, indicador da transformação do lugar ocupado pela Defesa na agenda pública no Brasil e da transformação da própria Defesa.

A transparência é dimensão fundamental dessa transformação, reforçada pelas medidas práticas para dar plena vigência à Lei de Acesso à Informação no âmbito do Ministério da Defesa.

Ao mesmo tempo em que aproxima a população dos assuntos militares, a transformação da Defesa aproxima as Forças Armadas dos anseios da sociedade.

É assim, com enorme satisfação, que registro hoje aqui, neste foro, a promoção da primeira mulher ao posto de Oficial-General das Forças Armadas brasileiras, a Contra-Almirante Dalva Maria Carvalho Mendes. *(Palmas.)* E quero cumprimentar a Marinha do Brasil por esse ato. *(Palmas.)*

Suas novíssimas platinas dão um brilho especial às muitas conquistas que as mulheres brasileiras vêm obtendo em nossa sociedade.

O pensamento estratégico brasileiro neste século será desenhado nessa paisagem de democracia. Não será obra de um único autor, seja ele uma pessoa, um grupo social ou um partido político. Antes, refletirá a pluralidade de atores envolvidos na construção de um futuro soberano para o Brasil, tão bem representados num encontro como este de hoje aqui.

Para que o pensamento seja verdadeiramente brasileiro — isto é, para que possamos julgar o que é a nossa realidade estratégica e quais são os nossos desafios — será preciso manter desperto o senso crítico a respeito de seu conteúdo.

Assinalar e prever desafios, detectar oportunidades e riscos, analisar tendências e seus potenciais desdobramentos são tarefas que se tornaram comuns na elaboração das reflexões que norteiam a ação estratégica.

Essa é uma preocupação saudável, indispensável mesmo, para a definição da estratégia a ser seguida pelo país: tanto a grande estratégia que engloba as grandes questões de política externa e defesa, quanto aquela, mais específica, que se insere na primeira, de Defesa Nacional.

Mas é preciso estar atento: a elaboração dos parâmetros para a construção de cenários e para a definição da ação estratégica não se dá em ambiente politicamente neutro. Não se dá — no que diria talvez Karl Mannheim, para citar aqui um sociólogo, colega e antecessor do nosso Ministro — em um ambiente que não esteja impregnado de valores.



Os conceitos empregados e até os métodos utilizados em sua elaboração são, eles próprios, reflexos de posições e interesses dos centros onde são gerados. Nem sempre as visões que emanam de outros centros de pensamento coincidem com a realidade e os desafios geopolíticos que nos são próprios.

Quando falamos, por exemplo, das chamadas “novas ameaças”, somos levados quase intuitivamente a adotar pontos de vista que não são necessariamente os nossos. Nem por isso são elas menos reais. Mas esse conceito e tantos outros devem estar sujeitos à análise crítica, que parta da nossa situação no mundo.

Embutida por vezes em visões inovadoras ou pseudoinovadoras está a ideia de que as “antigas ameaças” deixaram de existir ou passaram a ser irrelevantes. É como se nos fosse dito que as armas atômicas perderam importância à luz dos desafios da guerra assimétrica, envolvendo bandos armados, grupos terroristas ou de narcotraficantes.

É claro que os que sublinham a prevalência desse cenário são, em geral, justamente os possuidores daquelas armas temíveis, capazes de incalculável destruição, ou então seus aliados mais próximos.

A “velha ameaça” das armas atômicas, sim, está aí, ainda que o fim da Guerra Fria e da bipolaridade tenha tornado o seu uso menos provável ou menos iminente. E a assimetria embutida em uma visão que privilegia a não proliferação das armas atômicas em relação ao desarmamento não é menos ameaçadora hoje do que foi no passado.

Da mesma forma, raramente se nota, com a devida atenção, uma nova forma de assimetria, responsável em grande parte pela facilitação do recurso à força armada, que consiste na capacidade de causar dano ao inimigo com um mínimo de risco humano (ao menos imediatamente) para o país que ataca.

Zonas de exclusão aérea, que se transformam em verdadeiras guerras para mudança de regime, e ataques supostamente cirúrgicos com veículos aéreos não tripulados a pessoas ou grupos, mas que acabam atingindo civis inocentes, são parte dessa “nova assimetria”, que, por enquanto, tem merecido pouca atenção dos analistas.

O que quero dizer é que, já na definição dos conceitos básicos e dos métodos de análise que organizarão nosso pensamento estratégico, não podemos perder de



vista o nosso lugar no mundo: não só onde estamos, mas de onde viemos e para onde queremos ir.

A discussão dessas condicionantes do pensamento sobre Defesa não pode estar completa sem uma indagação sobre as implicações das várias transições em curso da ordem global, das implicações dessas transições, para a Defesa do Brasil.

Há pouca dúvida entre os que se dedicam a esses temas que está em curso uma verdadeira redistribuição do poder mundial.

Costuma-se dar a esse processo, de alcance ainda desconhecido, o nome de multipolaridade, por oposição não só à ordem bipolar vigente na Guerra Fria, mas também à ilusão de que, após o fim desta, a dinâmica das relações internacionais seria pautada exclusivamente pelos interesses da única superpotência remanescente.

É preciso reconhecer, neste ponto, que a concentração de poder, especialmente militar, ainda é uma realidade inegável, e fonte de desestabilização no sistema internacional.

Mas a persistência de áreas ou setores, onde aquilo que eu em outra ocasião chamei de “desequilíbrio unipolar” ainda predomina, não impediu que se processassem, desde o começo da década de 1990, portanto, logo em seguida à queda do Muro de Berlim, alterações expressivas na ordem global.

A Europa e o Japão, sobretudo do ponto de vista econômico, já se afiguravam como polos contrastantes à concentração hegemônica de poder.

Não é insignificante o fato de que tenha sido uma nação europeia — a França — que tenha sido a primeira a enfatizar a multipolaridade como princípio organizador da ordem mundial.

Rússia e China sempre trataram de deixar claro que não aceitariam complacentemente uma unipolaridade político-militar, ainda que revestida de contornos normativos mais brandos.

Isso ficou claro nas discussões iniciadas nos anos 1990, e que tomaria forma nas décadas seguintes, com a oposição ao sistema de defesa antimísseis — a chamada “Guerra nas Estrelas” — que neutralizasse o efeito dissuasório das armas nucleares e dos mísseis balísticos intercontinentais.

Associações de Estados também contribuíram para mitigar a preponderância de uma única potência.



A maioria delas assumiu uma dimensão regional, com ênfase em aspectos econômicos, mas com indiscutíveis implicações políticas.

A União Europeia — em que pese às dificuldades do momento, assinaladas aqui pela nossa Presidenta — é, talvez, o exemplo mais notável dessas associações.

Mesmo aqui, na América do Sul, demos passos importantes, com a preservação (sempre difícil) do MERCOSUL e a criação da UNASUL.

Em 2003, um fato novo ocorreu: três grandes países em desenvolvimento e democráticos do Sul, Índia, Brasil e África do Sul, juntavam-se em um Foro de Diálogo, o IBAS, voltado para a busca de soluções a desafios internos e externos semelhantes.

Três anos mais tarde, em 2006, começaria a tomar forma outro grupo político que, aos três países do IBAS, associaria China e Rússia.

Percebam que IBAS e BRICS tornaram-se símbolos, ainda que talvez embrionários, das novas perspectivas abertas pela incipiente multipolaridade.

Muitos fatores contribuíram para a projeção internacional do Brasil, que hoje nem os espíritos mais céticos ousam negar.

Somos uma democracia consolidada, que foi capaz de conjugar estabilidade macroeconômica a crescimento.

Realizamos inclusão social em larga escala, segundo um modelo que tem servido de inspiração a muitos outros países.

Pusemos em marcha políticas que retiraram dezenas de milhões de pessoas da pobreza e alçamos a sexta posição entre as maiores economias do mundo.

O fortalecimento do papel do Brasil no mundo suscita a reflexão sobre o tipo de ordem global mais conducente à nossa segurança e à nossa prosperidade.

Desde logo, cumpre recordar uma valiosa advertência constante da Política Nacional de Defesa: *“É imprudente imaginar que um País com o potencial do Brasil não enfrente antagonismos ao perseguir seus legítimos interesses”*. Torna-se imperioso considerar cenários em que se acirre o antagonismo externo à realização do nosso imenso potencial político, econômico e cultural.

Vislumbra-se aqui com nitidez a razão pela qual mesmo um país pacífico como o nosso deve respaldar sua estatura internacional com capacidades adequadas de defesa.



Conhecemos, por experiência histórica recente, os riscos que acompanham a organização das relações internacionais em ordem unipolar ou bipolar.

Trabalhamos, portanto, para o fortalecimento da multipolaridade, que, em tese, reduz as vulnerabilidades e aumenta as margens de liberdade para a ação externa do Brasil.

Há indícios de uma desconcentração do poder mundial, que conduziria a essa multipolaridade.

Mas tal desconcentração não se tem feito acompanhar, ou se tem feito acompanhar de maneira insuficiente, da observância das regras universais (ou multilaterais) de conduta inscrita na Carta da ONU.

Por outro lado, nada garante que essa desconcentração ocorra de forma pacífica.

Uma rápida passada d'olhos no panorama da segurança internacional ajuda a dimensionar os desafios para que uma multipolaridade orgânica — isto é, baseada em normas de ampla aceitação — lance raízes no campo das relações internacionais. Ou, para dizê-lo de outra forma, para que a cooperação prevaleça sobre o conflito.

Aprofunda-se, por exemplo, como já assinali, a assimetria na aplicação do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, quase exclusivamente dirigida aos esforços de não proliferação (Art. I, II e III), em detrimento dos objetivos igualmente fundamentais de promoção dos usos pacíficos da energia nuclear (Art. IV) e de abertura de negociações “em boa fé” — e sublinho aqui “em boa fé” — rumo ao desarmamento nuclear (Art. VI).

Quando lançamos vistas sobre o órgão com a responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacionais, o Conselho de Segurança da ONU, o panorama desses desequilíbrios se agrava ainda mais.

A última década assistiu a mais de uma situação em que ações armadas ocorreram à revelia da vontade do Conselho. A invasão do Iraque foi um caso patente.

Há que se notar também a evidente extrapolação do mandato conferido por aquele órgão no caso da Líbia.



O desrespeito às regras de conduta multilaterais determinadas pela Carta das Nações Unidas é uma fonte de instabilidade no sistema internacional, com implicações para a segurança de nosso país.

Debilitada a âncora multilateral que disciplina o emprego da violência, o sistema internacional corre sério risco de ver-se à deriva — se o Almirante me permite aqui uma imagem náutica. Não custa insistir, o Brasil beneficia-se da paz.

Apenas um Conselho de Segurança reformado em seus métodos de trabalho e na composição de seus membros permanentes poderá lidar eficazmente com os desafios da segurança internacional.

Disputas entre as grandes potências são — e sempre serão — parte integrante da realidade internacional.

A possibilidade de que possam assumir a natureza de um conflito militar é o que nos preocupa, e essa possibilidade não pode ser descartada.

A escassez de alimentos e de energia, assim como a deterioração das condições ambientais ou a busca por recursos como a água doce ou a biodiversidade, pode constituir-se em pontos de fissura nas placas tectônicas da ordem global.

Do nosso ponto de vista, esse quadro hipotético agrava-se quando se leva em conta ser o Brasil dotado de abundantes reservas justamente desses recursos.

Acompanhamos com atenção a evolução dos padrões de interação no espaço cibernético, preparando-nos para a defesa de nosso patrimônio contra ataques provenientes de variados tipos de atores.

Certamente se pode dizer que outro tipo de guerra — a guerra cibernética — já teve início, como evidenciado, entre outros fatores, pelo emprego de armamentos digitais ofensivos em conhecida operação de contraproliferação.

Mais recentemente, um revista francesa publicou que o mesmo vírus utilizado nessas operações de contraproliferação penetrou no gabinete do ex-Primeiro-Ministro francês Nicolas Sarkozy.

Essa nova forma de conflito coloca desafios inéditos no plano da Defesa. Por isso temos procurado apoiar com intensidade e também com os recursos orçamentários que se fazem necessários o centro que se dedica a esse tema.

Outras situações, de desfecho igualmente incerto, como a ocorrência do narcotráfico, associado ao terrorismo e à pirataria marítima, ou ainda as crescentes



tensões em países da África Ocidental como Guiné-Bissau e Mali constituem motivo de preocupação.

Além dos problemas intrínsecos dessas situações, existe o risco de trazerem-se para região de nosso interesse estratégico — o Atlântico Sul — organizações militares criadas com outros propósitos ou visando a outros inimigos ou adversários.

Em todos esses casos, o Brasil busca ou buscará desempenhar o papel que lhe corresponde por meio dos instrumentos diplomáticos. Mas os riscos associados às novas ameaças ou à “velha ameaça” de ruptura da paz exigem, de parte do Brasil, medidas preventivas. Não me canso de dizer: ser país pacífico não é sinônimo de estar desarmado.

A dissuasão é a estratégia primária da política de defesa brasileira. E defesa, volto a repetir, não se delega.

O objetivo da política de defesa e da dissuasão é, por meio da posse de adequadas capacidades militares, evitar agressões ao patrimônio brasileiro ou ações que afetem, ainda que indiretamente, os interesses nacionais.

O desenvolvimento da capacidade dissuasória orienta-se pelos preceitos da Estratégia Nacional de Defesa.

Necessitamos de submarinos (de propulsão convencional e nuclear) e navios de superfície capazes de negar o uso de nossos mares a potenciais adversários.

A Força Naval deve fortalecer suas capacidades controle das águas marítimas e interiores e de projeção de poder.

A criação de uma Segunda Esquadra e a previsão, já agora, de construção, em estaleiro nacional, do próximo navio aeródromo brasileiro, entre muitos outros, deverão ser vislumbrados no horizonte de nossa ação.

Necessitamos de um Exército com flexibilidade e elasticidade para cumprir seus imperativos de monitoramento/controle e atuação e presença em todo o território nacional.

Para isso, serão necessários os melhores recursos humanos, amparados em sólida base logística; instrumentos de comando e controle e comunicação de ponta e modernos meios de mobilidade.

A transformação da Força Terrestre estará pautada pela evolução da era industrial para a era do conhecimento.



Necessitamos de meios adequados para exercer a vigilância e o controle do espaço aéreo.

Devemos realizar plenamente nosso potencial aeroestratégico. Para isso, devemos renovar nossa frota com aeronaves de combate, mas também com aviões de transporte em número suficiente e com múltiplos sistemas e plataformas de monitoramento, além de avançados sistemas de armas.

Um roteiro amplo dessas iniciativas de rearticulação e reorientação das Forças Armadas será fornecido pelo Plano de Articulação e Equipamento da Defesa, que nós lá, no Ministério, já chamamos, com intimidade, o PAED, em fase de conclusão no Ministério da Defesa.

Mas até para demonstrar os nossos desejos de transparência, os delineamentos gerais do PAED, ainda que meramente indicativos, já constam do Livro Branco.

A única coisa que eu advirto é que os valores que estão ali, existe uma nota dizendo isso, mas eu volto a advertir: os valores que estão ali são as necessidades identificadas. Evidentemente, isso, depois, terá que se traduzir por um processo lento, e não simples, como sabem todos os presentes, em programas orçamentários.

A avaliação das perspectivas de modernização e transformação é realizada pelos Comandos militares, com a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, o EMCFA, órgão da estrutura do Ministério da Defesa.

Além de desenvolver a doutrina de interoperabilidade entre as Forças e conduzir exercícios como as operações Amazônia 2012 — a que assisti acerca de dois ou três meses — e Atlântico III, sobre a qual tive uma exposição ainda ontem, cabe ao EMCFA conduzir a Operação Ágata, que é uma operação de prevenção e repressão a ilícitos transfronteiriços inserida no Plano Estratégico de Defesa estabelecido pela Sra. Presidenta da República Dilma Rousseff, em junho de 2011.

O EMFA tem aprofundando estudos relativos à recomposição da capacidade das nossas Forças. Para citar um exemplo, menciono a defesa antiaérea brasileira, carência sentida em todas as frentes da nossa defesa.

O concurso do Congresso Nacional será imprescindível, como já foi, aliás, aqui amplamente assinalado para implementação dos projetos de incremento da capacidade dissuasória brasileira.



No que se refere aos setores que a estratégia nacional define como essenciais, destaco a recente aprovação da Lei nº 12.706, que cria a AMAZUL, empresa responsável na Marinha pelos projetos da área nuclear.

No mesmo sentido, saliento a importância do fortalecimento, aqui já mencionado, do Centro de Defesa Cibernética que se situa no Exército.

O apoio a projetos, como o veículo lançador de microssatélites, parte do Plano Nacional de Atividades Espaciais, impulsiona a capacidade em comunicações e em sensoriamento remoto, ou melhor, veículo lançador de satélites e, inclusive, microssatélites.

Também a variável chave, como aliás foi tão bem assinalada em todos esses projetos, é a previsibilidade e a continuidade dos recursos. Onde está envolvida a transferência de tecnologia estrangeira, por vezes é necessário o desenvolvimento da apropriada capacidade de absorção, inclusive por parte do empresariado, mas também de instituições do Governo, constitui fator decisivo...

Nós falamos muito de transferência de tecnologia, mas ela não se dá por um passe de mágica.

Boas cláusulas contratuais são indispensáveis, mas não são em si mesmas suficientes para que a decantada e desejada transferência de tecnologia realmente ocorra. Para isso, o reforço das instâncias governamentais e também empresariais, que acompanham os grandes projetos do Ministério da Defesa, é essencial. E destaco aqui o papel particular da Secretaria de Produtos de Defesa.

A estratégia dissuasória se complementa com a estratégia de cooperação, sobretudo na América do Sul. Nas relações com os nossos vizinhos, o interesse brasileiro é servido por medidas de apoio a outros países que revertem em benefício para nós mesmos a médio e longo prazos.

A incompreensão, por vezes suscitada por essa lógica da cooperação, não encontra amparo no pensamento do Patrono da diplomacia brasileira. E eu me permito aqui citá-lo não só como uma homenagem ao meu próprio passado de trabalho no Itamaraty, mas também ao culto que as nossas Forças Armadas prestam ao Barão do Rio Branco.

Para os que não sabem — eu já citei isso algumas vezes —, na Escola Superior de Guerra encontramos, à entrada, o busto dos três patronos de cada uma das Forças e também o busto do Barão do Rio Branco. E, na Academia Militar das



Agulhas Negras, para quem entra no salão nobre da biblioteca, vê-se de um lado, do lado direito, a figura do pacificador Duque de Caxias, e, do lado esquerdo, a do Barão do Rio Branco. Não haveria, talvez, símbolo mais evidente da importância que nós atribuímos, todos nós da área de defesa, à diplomacia.

Mas o próprio Barão não ignorava certas realidades. E, há 103 anos, advertia que o Brasil sempre havia suscitado na América — ele chamava de América Espanhola, hoje em dia teríamos que usar outro nome — grandes preconceitos e desconfianças, que, pela nossa parte, procuramos ir modificando, pela cordura e pela longanimidade — fim da citação. Em outras palavras, o Barão advogava, com lucidez de estadista, uma atitude de bom senso e generosidade para com nossos vizinhos. Isso é especialmente válido na área da defesa.

O Brasil, um dos países com maior número de vizinhos no mundo, mantém com todos eles uma paz centenária, podendo evitar, com isso, o dispêndio de recursos e energia em diferendos fronteiriços. Eu costumo dizer que, quando se trata de América do Sul, a melhor dissuasão é a cooperação.

O entorno estratégico do Brasil, foco prioritário da lógica da cooperação, é composto, de um lado, pela América do Sul, tocando a Antártida, e, de outro, pelo Atlântico Sul, estendendo-se até a orla ocidental da África. Na América do Sul, a colaboração em defesa assume formas bilaterais e multilaterais. Um exemplo recente de cooperação bilateral, entre muitos que poderia citar, foi a doação de quatro helicópteros H1H do Brasil para a Bolívia, devidamente autorizada pelo Congresso Nacional — há muitos outros, mas cito esse —, reforçando a capacidade boliviana de combate à criminalidade e ao tráfico de drogas transfronteiriças. O Brasil não só ajudou nosso vizinho, mas atendeu a seu próprio interesse de prevenir e reprimir os delitos na faixa limdeira.

Cooperar com os nossos vizinhos não é, portanto, um gesto de altruísmo gratuito. É uma maneira de consolidar relações pacíficas e fortalecer nossa influência, exercida de forma sempre respeitosa.

No plano da cooperação multilateral regional, destaca-se o Conselho de Defesa Sul-Americano — aliás, logo após esta minha apresentação, embarcarei para uma reunião do Conselho de Defesa em Lima. O CDS tem por objetivo prevenir crises, promover a transparência e criar confiança entre os Estados da América do Sul. Seu raio de ação envolve deliberação sobre normas de conduta dos Estados da



América do Sul em temas de segurança, e iniciativas referentes à integração das cadeias produtivas de defesa na nossa América do Sul.

Assinalo uma iniciativa realizada recentemente no âmbito do CDS — a meu ver, muito significativa: o Curso Avançado de Defesa Sul-Americana, ministrado para funcionários civis e militares de defesa da América do Sul, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro. Esse curso é parte da agenda do CDS para criar uma identidade de defesa na América do Sul, uma identidade que naturalmente respeite a pluralidade de visões. Juntamente com outras iniciativas, como o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, que tem sede em Buenos Aires, o Curso Avançado de Defesa aponta para a criação, em médio prazo, de forma pragmática e flexível — e, em minha opinião, até descentralizada —, de um colégio sul-americano de defesa.

A coordenação entre os países sul-americanos, em todos os níveis da defesa, terá implicações positivas para a segurança da região. Terá também efeito dissuasório, desencorajando possíveis ações hostis de atores extrarregionais. Na América do Sul, repito, a cooperação é a melhor dissuasão.

O desafio da segurança marítima é tão grande quanto o da segurança terrestre ou aérea. No Atlântico Sul, a cooperação multilateral tem um de seus pilares na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, a ZOPACAS. Criada por resolução da Assembleia da ONU, a ZOPACAS congrega os três países sul-americanos ribeirinhos do Atlântico Sul e os 21 países africanos da orla desse oceano. A cooperação vale-se também dos laços criados no âmbito da CPLP.

Bilateralmente, nossa relação com países africanos na área de defesa tem florescido. O caso paradigmático é o da Namíbia, cuja força naval foi formada pela Marinha do Brasil e que, pode-se até dizer, adotou o português como segunda língua. Há poucas semanas, recebi o Ministro da Defesa da Namíbia e verificamos as muitas oportunidades que temos ainda a explorar na nossa relação.

Com Angola, temos o desafio de dar densidade, na área de defesa, à parceria estratégica já existente na área política. Na África ocidental, temos tido contatos estreitos com Cabo Verde, com iniciativas de capacitação na área naval, também na área de patrulha aérea e até na área do Exército, sobretudo no que diz respeito à manutenção da ordem — no nosso caso, dentro dos limites estritos da Constituição.



O navio-patrolha Oceânico Amazonas, adquirido há pouco no Reino Unido, fez de sua viagem de vinda ao Brasil um instrumento de promoção da amizade Brasil-África. Visitou vários países, e o interesse despertado foi tanto, que já recebemos manifestações de outros tantos para a busca de cooperação conosco. A programação da viagem de vinda do próximo navio-patrolha incluirá, portanto, esses destinos.

Para além do nosso entorno regional, a cooperação em defesa aprofunda associações tradicionais e explora parcerias inovadoras. Seria muito longo falar de todas as tradicionais e mesmo de algumas inovadoras que já têm dado alguns frutos, mas, apenas para mencionar alguns resultados recentes, ressalto os resultados da aproximação com países da África e da Ásia, que incluem, entre outras coisas, vendas como o sistema de lançamento de foguetes Astrus para a Malásia e a Indonésia, e o avião de ataque leve Supertucano para a Indonésia, Mauritânia e Burkina-Faso, entre muitos.

Em parte graças à aproximação propiciada pelo IBAS, mantemos cooperação inovadora com a África do Sul na área de mísseis ar-ar e com a Índia na área de aviões-radar. Trilateralmente, esses países acabam de realizar mais um exercício conjunto entre Marinhas, a manobra IBSAmar, que já começa a despertar a atenção e o interesse de outros países, inclusive grandes potências.

Finalmente, eu gostaria de citar a cooperação muito significativa por meio de operações de manutenção da paz das Nações Unidas. O Brasil incumbe-se, hoje, de posições-chave em vários teatros de operação. No Haiti, exerce o comando da MINUSTAH, para a qual contribui com cerca de 1.200 homens e mulheres do Exército, da Marinha — os fuzileiros — e da Aeronáutica. No Líbano, exerce o comando do contingente marítimo da UNIFIL, a cuja força-tarefa naval cedeu a fragata Liberal.

De par com o fortalecimento de sua capacidade dissuasória, a ampliação da pauta de cooperação em defesa do Brasil contribui diretamente para a consecução dos objetivos maiores da política de defesa.

País democrático, que cresce economicamente e inclui socialmente, o Brasil elevou sua estatura internacional como uma força de paz, mas há hoje crescente compreensão de que uma política externa independente necessita do respaldo de uma política de defesa robusta. Pela dissuasão e pela cooperação, a defesa



contribui para relações exteriores voltadas para a paz e a prosperidade. Essa complementaridade está na base do que a Estratégia Nacional de Defesa — em apreciação nesta Casa pelas Sras. e Srs. Parlamentares — anuncia como grande estratégia de inserção internacional do Brasil.

Em um mundo que segue perigosamente distante dos princípios que devem reger a conduta dos Estados, é tempo de nos compenetrar das exigências estratégicas impostas pela nossa nova posição no mundo.

Desculpem-me a extensão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Gostaríamos de agradecer ao nosso Ministro Celso Amorim a conferência.

Antes de encerrarmos a abertura de nosso seminário, eu gostaria de registrar a presença das Sras. Embaixadoras e dos Srs. Embaixadores: Sr. Mohammed Khaddour, Embaixador da Síria; Sr. Sergey Pogossovitich Akopov, Embaixador da Rússia; Sra. Milena Smith, Embaixadora da Eslovênia; Sr. Rostyslav Tronenko, Embaixador da Ucrânia; Sr. Maximilian Sánchez, Embaixador da Venezuela; Sr. Ivan Jančárek, Embaixador da República Tcheca; Sr. Jozef Smets, Embaixador da Bélgica; Sr. Julio Armando Martini Herrera, Embaixador da Guatemala; Sra. Ana Paula Zacarias, Embaixadora da União Europeia; Sr. Mohammad Ali Ghanezadeh, Embaixador do Irã; Sr. Jeffrey McAlister, Embaixador da Nova Zelândia.

No próximo bloco, anunciaremos a presença dos representantes das Embaixadas.

Eu gostaria de agradecer muito aos nossos dois Ministros e aos nossos representantes das três Forças Armadas brasileiras a presença.

Agradeço aos demais senhores e senhoras a presença.

Vamos suspender o seminário por 10 minutos, para que possamos organizar a próxima Mesa, que terá como tema *As grandes tendências no cenário estratégico global: repercussões para o Brasil*.

Muito obrigada.

Desfaz-se a nossa Mesa de Abertura. (*Palmas.*)

(*O seminário é suspenso.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Senhoras e senhores, vamos dar continuidade aos trabalhos. Peço a todos que tomem assento.



Eu gostaria de chamar o Deputado Leonardo Gadelha, que vai coordenar os trabalhos desta Mesa. Convido S.Exa. a tomar assento à mesa e fazer o chamamento dos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - Muito boa tarde a todos.

Devido à premência de tempo, procederei imediatamente à convocação dos nossos palestrantes.

Convido para compor a Mesa o Prof. André Martin, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo — USP; o Prof. Alfredo Jalife-Rahme, Diretor do Centro de Estudos Geoestratégicos da Universidade Autônoma Metropolitana do México e colunista do *La Jornada*; e, por fim, o Major-Brigadeiro Roberto Carvalho, Subchefe de Inteligência Estratégica do Ministério da Defesa. (Palmas.)

Senhores representantes do corpo diplomático, autoridades dos três Poderes da República, colegas Parlamentares, senhoras e senhores, em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, saúdo todos que vieram prestigiar este momento especial, que nos convida à reflexão sobre os principais aspectos relacionados à estratégia de defesa nacional, tema muito apropriado e bem-vindo, em um momento em que se registra um aumento do protagonismo brasileiro no cenário internacional.

Aproveito esta oportunidade para destacar mais uma bem-sucedida parceria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.

Aproveito esta oportunidade para destacar mais uma bem-sucedida parceria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que nos brindam com este importante evento.

Uma vez mais, eu gostaria de convidar o Prof. André Martin, do Departamento de Geografia da USP. (Palmas.)

Gostaria de consignar a presença, entre nós, do Presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa — ABED, Sr. Manuel Domingos Neto. (Palmas.)

Apresento explanação acerca do *modus operandi* do nosso encontro. Esclareço que cada um dos ilustres convidados disporá de 20 minutos para proferir a sua fala e, ao final das apresentações, será franqueada ao público a apresentação



de perguntas por escrito, que, em razão do prazo exíguo, serão selecionadas e respondidas de acordo com a disponibilidade.

Informo ainda que é possível assistir a este seminário e dele participar por meio do portal e-Democracia da Câmara dos Deputados, cujo endereço é www.edemocracia.leg.br, que está transmitindo este evento em tempo real.

Ato contínuo, eu gostaria de passar a palavra ao Prof. André Martin, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo — USP, que disporá de até 20 minutos para a sua exposição.

O SR. ANDRÉ MARTIN - Muito obrigado. Muito boa tarde a todos.

Eu gostaria de dizer, inicialmente, que é uma grande honra para mim estar neste plenário e ter a oportunidade de me dirigir a parcela significativa da sociedade nacional, que tem nas questões de defesa a sua preocupação.

Vou procurar fazer uma exposição relativamente breve, tentando ressaltar alguns pontos que me parecem ser os mais interessantes, para que possamos, em seguida, desencadear um debate.

Creio que é função precípua dos intelectuais trazer os problemas que muitas vezes são mais difíceis de ser detectados em fóruns que contenham exclusivamente um dos segmentos relacionados à defesa. Os diplomatas obviamente têm a sua disciplina própria, as responsabilidades da função, portanto de alguma maneira estão prisioneiros a uma política de Estado definida. Com isso, obviamente têm um espaço de liberdade um pouco menor do que o do intelectual. Quem está na universidade não tem tantos compromissos quanto os militares, os diplomatas e também os Srs. Deputados, que precisam conquistar votos e, conseqüentemente, têm um problema em relação ao enfrentamento das questões de defesa, porque nós sabemos que não é muito popular defender gastos públicos em orçamento militar. É sempre mais fácil defender gastos em saúde e educação.

O que as pessoas não levam em conta, muitas vezes, é que as Forças Armadas também exercem um papel importante na educação do nosso povo. Finalmente, parece que a sociedade brasileira está chegando a um momento de maturidade, em que já é possível perceber um consenso no sentido de se entender que os temas da defesa, da diplomacia e do desenvolvimento estão intimamente relacionados. O Ministro Celso Amorim já disse isso aqui.



De fato, no laboratório de Geografia Política da USP, do qual eu faço parte — e vários alunos estão aqui presentes —, nós temos uma reflexão específica, uma preocupação notadamente com a geopolítica brasileira e com a tentativa de renovar o pensamento geopolítico brasileiro, que, parece, ficou estancado nos anos 70 com o pensamento golberiano, dominante. De lá para cá, entendo que o País vive uma espécie de vazio geoestratégico. Nós tínhamos, com clareza, uma abordagem golberiana da geoestratégia, da geopolítica brasileira, do planejamento. Depois disso a democracia trouxe certamente inovações importantes na abordagem dos temas da segurança. Hoje é possível, como já foi dito aqui, que essas questões sejam mais debatidas pela sociedade.

No entanto, o Brasil ainda se recente de uma série de debilidades, e é sobre elas que eu vou procurar concentrar a minha exposição. Eu acho que é mais interessante tentar apontar algumas debilidades e os eventuais caminhos para superá-las. De modo que estratégia, política externa e política industrial devem ser tratadas de forma integradas.

Hoje os grandes problemas brasileiros estão interligados ao problema da soberania. O que se costuma comentar na imprensa, como grandes problemas que o Brasil vem enfrentado nessa atual quadra do seu desenvolvimento, é, em primeiro lugar, uma expectativa de crescimento econômico que não se realiza plenamente.

Então, o PIB cresce, mas cresce menos do que gostaríamos. O crescimento pequeno do PIB é um problema.

Reprimarização da pauta de exportações brasileira é outro problema que vem sendo largamente discutido em nosso País. Finalmente, o chamado Custo Brasil, os gargalos na nossa infraestrutura também são outros temas bastante explorados na nossa imprensa econômica.

O que normalmente não se faz é relacionar esses problemas com a questão estratégica nacional. De modo que eu aqui começo a colocar como primeira ideia forte a hipótese de que o problema estrutural do nosso País, no que concerne à questão da defesa nacional hoje, diz respeito ao fato de que, na maioria da nossa sociedade, estamos convencidos de que as potencialidades brasileiras são maiores do que a realidade da parcela do poder mundial de que o País dispõe.

Somos orgulhosos em olhar o mapa-múndi e ver como o território brasileiro se destaca. Conhecemos as potencialidades nacionais das riquezas naturais do nosso



solo, também das qualidades do nosso povo, miscigenado e tão criativo, com uma juventude vibrante, interessada em melhorar suas condições de vida. Reconhecemos quase consensualmente na nossa sociedade que as potencialidades brasileiras ainda não foram suficientemente exploradas.

Por outro lado — e aí começa um problema —, eu percebo que as aspirações nacionais estão aquém das potencialidades. Quer dizer, as nossas elites ainda não foram capazes de configurar um projeto nacional, em que as aspirações de poder estejam relacionadas às nossas potencialidades, sobretudo geopolíticas.

Menciono este déficit de aspiração, quando, por exemplo, comenta-se muito frequentemente que o cenário geoestratégico brasileiro deve se circunscrever à América do Sul. Isso é uma ideia que vem sendo bastante divulgada. Portanto, as nossas circunstâncias seriam a América do Sul e o nosso âmbito ficaria um pouco restrito a ele.

Ora, é só olharmos a esplanada que temos no Atlântico e o tamanho do País para a gente perceber que a nossa potencialidade, enquanto capacidade de projetar um poder mundial, é superior a uma eventual liderança sub-regional sul-americana ou mesmo latino-americana.

Aonde queremos chegar? No *ranking* das principais potências mundiais, qual é o lugar em que o Brasil quer permanecer? Onde ele se sente mais à vontade? Lembro que o saudoso Deputado Ulysses Guimarães dizia que o Brasil possuía a quarta geografia do mundo, mas estava longe de ser a quarta potência do mundo.

Recordo que quando o regime de 1964 chega ao poder e estabelece um projeto de desenvolvimento nacional de longo prazo para retirar o Brasil de uma condição de subdesenvolvimento, esse projeto, com todos os problemas que nós sabemos que ele continha, retirou o Brasil da 48ª colocação, em termos de PIBs mundiais; e quando se encerra o ciclo militar no Brasil, em 1985, o Brasil estava na sétima colocação em relação ao PIB mundial. Depois, veio a crise dos anos 80, a paralisia dos anos 90, e o País, depois do período Fernando Henrique, caiu para a 15ª colocação em termos de PIB. É inegável que houve uma recuperação, e agora estamos na sexta colocação.

Mas aonde queremos chegar, em termos de PIB? Aonde queremos chegar? É evidente que Estados Unidos e China estão muito à nossa frente. Não é o caso de os perseguirmos, não é? Mas, no que concerne às outras nações, às outras



potências, como Alemanha e Japão, bem, nesse caso, nós temos não apenas população superior às desses dois países como, ainda por cima, nós temos condições históricas muito favoráveis para, justamente, desenvolvermos o vetor militar, coisa que, para alemães e japoneses, como todo mundo sabe, não é tão simples, não é?

Ora, eis, portanto, já uma primeira solução para um problema brasileiro, ou seja, projetar o nosso poder militar para além da nossa posição. Qual a posição do Brasil em termos de potência militar? Orgulhamo-nos de sermos o sexto PIB, mas, em termos de poderio militar, onde estamos? Esse é um ponto a se pensar.

Ora, se eu estou correto, e as potencialidades brasileiras são maiores do que as aspirações, a conclusão é a de que, por outro lado, as aspirações, ainda que tímidas, são superiores aos meios de que o País dispõe para atingir essas aspirações. Vejam, no caso das aspirações, uma delas, no que concerne ao poder mundial, está bem estabelecida. O Brasil anseia se tornar uma potência com assento no Conselho de Segurança da ONU, mas não dispõe de um plano claro para alcançar esse objetivo. A questão, por exemplo, de se vamos ou não desenvolver um aparato de dissuasão nuclear — todas as potências que têm assento no Conselho de Segurança são potências nucleares — é alguma coisa que, por exemplo, entrava esse debate, não é?

E, de outra parte, nós sabemos também que, do ponto de vista ideológico, o Brasil carece de uma definição mais clara, de um projeto mais claro de Nação. Essa me parece ser a questão crucial, do ponto de vista das nossas debilidades. Vejam: a Venezuela é um país com muito menos recurso do que o Brasil. No entanto, já de algum tempo, o seu governo vem apontando numa certa direção, um projeto nacional de desenvolvimento apoiado na ideologia que eles denominam bolivarianismo. Independentemente de apoios e críticas que se possam fazer ao que significa o bolivarianismo e o socialismo no século XXI, bem, a Venezuela possui um discurso ideológico que vai para além de suas fronteiras, que é persuasivo para outras nações que também compartilharam da presença de Bolívar e do ideal do bolivarianismo.

Qual é a ideologia do Brasil? Essa me parece ser a grande questão para a nossa Nação neste momento. E eu venho já, há bastante tempo, propondo que nós abracemos um rótulo que significa, em minha opinião, muito para o Brasil e para a



paz mundial nos próximos anos, o que eu tenho chamado de ideologia meridionalista. Nós somos um país do Hemisfério Sul, o maior país do Hemisfério Sul em extensão. Nós somos a Nação mais desenvolvida, com maiores potenciais do Hemisfério Sul. A única outra Nação que pode emparelhar com o Brasil, eventualmente superá-lo em alguns aspectos, é a Índia. E a Índia também é um país do Hemisfério Sul.

Muito bem. Chegamos ao que seria a tal da perspectiva meridionalista. O que quer dizer isso? A defesa do Hemisfério Sul. É essa a ideia; quer dizer, nenhuma potência consegue se projetar, se não tem uma ideologia generosa que possa ser aproveitada por outras nações. Recordo, por exemplo, que os franceses, no período de Richelieu, tinham, na ideia do equilíbrio do poder, *la razón de Estado*. Uma ideologia potencialmente universalista, no sentido de que os Estados, para existirem, para justificarem sua existência, têm que ter alguma razão de ser. E essa razão não pode ser egoísta, apenas no sentido da sua própria defesa como individualidade nacional, se os objetivos devem ser compartilhados por outras nações. Ora, onde nos colocamos? No Hemisfério Sul. A que argumento o cenário atual nos coloca esse problema, porque justamente temos uma grande dificuldade de reconhecer a nossa projeção meridional como potência do sul. Estamos mais habituados a nos pensarmos como parte do Ocidente. Vejam que, embora, obviamente, sejamos herdeiros da cultura ocidental europeia, o nosso País é bem diferente dos países ocidentais *stricto sensu*. As presenças ameríndia e africana em nossa população não nos permitem equiparar o nosso País à América do Norte e à Europa. Se eu estou correto, o problema atual é que a crise mundial aponta para o Pacífico, como um futuro centro geoeconômico mundial, o que mais uma vez na história colocará o Brasil numa condição periférica. Isso é bom ou é ruim? Ruim para os negócios, bom para a defesa.

Finalmente, a ideia de que não temos um discurso pós-golberiano. Esse é um mapa que mostra que a perspectiva meridionalista tem os seus antecedentes históricos e que radicam em Portugal. A própria formação em Portugal orientou a construção do estado territorial português na direção sul. Foi a diretriz geopolítica fundamental dos senhores do Minho, no sentido de lutarem contra os Mouros, indo diretamente na direção sul, a de menor resistência, como fica perceptível.



Como os senhores podem perceber, os senhores do Minho foram em direção ao sul e conseguiram a independência de Portugal muito antes dos castelhanos, que faziam uma varredura leste, oeste para expulsar os árabes da Península Ibérica. Ora, essa diretriz meridionalista de Portugal foi responsável pela individualidade do estado português. Em seguida, quando chegaram ao extremo-sul, em Sagres, trocaram o cavalo pelo barco e passaram a continuar na perspectiva do sul, da busca do sul. O sul é uma invenção portuguesa. O Atlântico foi dividido. Como se divide a água? Ora, os portugueses dividiram as águas do Atlântico porque lhes interessavam o caminho do sul, a aposta que os portugueses fizeram para chegar mais rápido nas Índias. E tiveram sucesso.

Pois bem, o Brasil precisa neste momento da sua história construir, portanto, uma ideologia que possa servir como uma bússola de orientação para a sua política exterior. No atual momento, existem apenas duas grandes ideologias territoriais no planeta ou, como eu chamo, geoideologias. A geoideologia ocidentalista é muito conhecida. O atlantismo, defensor dos valores burgueses, do individualismo, do comércio, da paz pelo comércio, representa exatamente as potências marítimas que, desde Portugal e depois passando pela Inglaterra e alcançando os Estados Unidos, sempre procuram ter exatamente no mar e no comércio interoceânico a sua fonte de poder. Essa ideologia atlantista ela é dominante. E, sem dúvida, os Estados Unidos são os grandes difusores da ideologia atlantista.

A outra ideologia, a outra geoideologia que existe é o eurasiânismo. O eurasiânismo hoje se reestrutura, sobretudo com um foco na Rússia, tentando recuperar um espaço que foi, até muito pouco tempo atrás, um espaço de influência russo em todo o Leste Europeu com base no soviétismo, no bolchevismo. Sem o pan-eslavismo e sem o bolchevismo o que resta à Rússia? O eurasiânismo, que é uma ideologia, uma filosofia que tenta englobar todo esse enorme conjunto eurasiânismo em valores também comuns, que diferem dos valores do atlantismo. Essas sociedades terrestres, telúricas, apoiadas na agricultura, no campesinato, são sociedades que desenvolvem um espírito guerreiro porque têm muitas fronteiras terrestres a defender. E, portanto, o eurasiânismo coletivista, comunitarista, não democrático, é a grande oposição histórica ao atlantismo.

Bem, até agora, há pouco tempo, isso ficou refletido na Guerra Fria — esta oposição que é mais antiga do que a Guerra Fria —, quando essa oposição



geopolítica alcançou também uma dimensão ideológica, como nós sabemos e, conseqüentemente, o mundo ficou muito polarizado por essa divisão. Desde que a União Soviética desaparece como ator geopolítico e a Rússia, portanto, tenta resgatar o antigo poder ou, pelo menos, preservar alguns excedentes de poder que ela já possuiu, retoma, portanto, a sua perspectiva de potência-líder a partir dessa ideia do eurasianismo, que é a defesa justamente das sociedades tradicionais, das religiões, da coletividade contra o individualismo e o consumismo materialista do Ocidente.

E nós, no sul? Nós, no sul, não temos outra alternativa, parece-me. Aí está a projeção meridionalista. É a primeira vez que os senhores veem o mapa-múndi com essa projeção, porque normalmente estamos acostumados a ver a projeção de Mercator, com aquelas distorções famosas ou com a Europa ou com os Estados Unidos no centro. É a visão ocidentalista clássica, ou, então, que foi a grande revolução do Mackinder, uma visão asiocêntrica, quando Mackinder percebeu que a Europa, na verdade, era pequena e marginal em relação ao grande bloco eurasiático. Quando Mackinder faz a sua projeção, ele executa uma distorção, porque pega o mapa-múndi de Mercator e, para poder verificar como está a divisão entre potência marítima e potência continental no Hemisfério Norte, executa essa distorção e consegue, portanto, com uma projeção azimutal, observar que o Ártico, até então desprezado, era uma fronteira entre o poder terrestre e o poder marítimo.

Pois bem, está projetado todo o século XX do ponto de vista estratégico por aí. Só que isso produz para nós, do sul, uma distorção, porque, ao executar esse movimento, as distâncias entre os continentes do sul, que já são grandes, ficam ainda maiores, e a visão de integração entre os continentes do sul fica praticamente impossível.

Ora, pedi a um cartógrafo, o Prof. Alfredo Queiroz, do departamento, amigo meu, que executasse exatamente o contrário. Vamos fazer uma distorção aproximando os continentes do Hemisfério Sul, vendo-nos mais próximos uns dos outros. Qual será o resultado disso? É esse mapa que os senhores estão vendo agora. O que ele revela? Ele revela um Hemisfério Sul muito integrado do ponto de vista ecológico. É um hemisfério marítimo, fundamentalmente, o Pacífico sul, o Atlântico sul, o Índico, o Antártico, de modo que é uma área predominantemente



marítima e com grande diversidade, América Latina, África, Ásia, Oceania e Antártida.

Ora, o Hemisfério Norte, desse ponto de vista, é mais pobre. São só duas bacias oceânicas: o Pacífico norte e o Atlântico norte. E duas placas continentais: a norte-americana e a euroasiática. Essa parte norte do mundo é mais fria. Ela é mais densamente povoada e é também a região que registrou as grandes tensões mundiais. Exatamente por conta disto: pela própria extensão territorial e pelo volume de pessoas. Então, os choques ali foram muito maiores.

No Hemisfério Sul, ao contrário. Os continentes estão dispersos, o hemisfério é marítimo e não continental. E ainda por cima é um hemisfério cálido. O norte é frio, continental e denso. O sul é cálido, marítimo e disperso, o inverso. Afora essa divisão ecológica e que tem um componente geopolítico, a grande diferença entre o sul e o norte radica exatamente na questão do poder. No norte estão todas as potências mundiais: Estados Unidos, os países europeus, a Rússia, a China e o Japão, países que têm assento no Conselho de Segurança da ONU e no G-7. Ao sul do Rio Grande, ao sul de Gibraltar, ao sul do Himalaia, nenhum desses países está representado nem no Conselho de Segurança da ONU, tampouco no G-7 e no FMI.

Vejam que este mapa é muito diferente do que os senhores estão habituados a ver em termos de distribuição mundial, porque ele coloca a China no norte e a Austrália ao sul. Isso é muito importante como visão de mundo, a meu ver, mais adaptada à realidade de agora. A Austrália, ainda que seja um país rico, não é uma grande potência, suas fragilidades econômicas, demográficas e militares não colocam esse país entre o rol das grandes potências, e eles não aspiram a isso, porém querem, sim, ter uma liderança regional. Não é verdade?

Agora a China. A China, perdoem-me, é outra coisa, segundo PIB do mundo, potência nuclear, a que mais investe atualmente em equipamento de desenvolvimento militar, aproxima-se a passos largos dos Estados Unidos, do ponto de vista do PIB e ainda que, do ponto de vista do poderio militar, ainda esteja bem longe. Mas não está perdendo tempo. Está aplicando volumosos recursos na sua indústria bélica e no reaparelhamento das suas forças armadas. A China quer, sim, se aproximar, sem dúvida, militarmente da Rússia e dos Estados Unidos e colocou isso claramente no seu projeto de potência.



Pois bem. E o Brasil? O Brasil não superou a visão ocidentalista e defensiva de Golbery naquela época da Guerra Fria. De outra parte, no período de Golbery, o nosso planejamento foi, antes de mais nada, rodoviarista. E, finalmente, a nossa estratégia militar era, antes de mais nada, terrestre. Ora, o cenário mudou bastante do período golberiano para cá. E o meridionalismo exige, portanto, outras posturas correspondentes.

Coerentemente com a visão meridionalista, ou seja, a defesa do sul contra a recolonização do sul pelo norte, este é o grande problema contemporâneo, como nós estamos vendo em todas essas guerras — Iugoslávia, Líbia, Iraque, Afeganistão, Geórgia, Chechênia. É o norte avançando sobre o sul sempre. De modo que o sul está em perigo. Alguém precisa defendê-lo. E a potência que tem melhores condições históricas, ideológicas e geopolíticas para fazê-lo é o Brasil.

Vou tentar ir para as minhas conclusões. As tendências contemporâneas mostram que a crise no centro do sistema mundial é profunda e não deve ser superada tão cedo. Desse ponto de vista, é possível descortinar com certa clareza uma decadência histórica, embora sempre relativa, das três grandes potências ocidentais do atlantismo: França e Inglaterra, velhas potências coloniais, que já à altura da Segunda Guerra Mundial eram potências decadentes, e os Estados Unidos, que a despeito dos seus enormes potenciais, sem dúvida, estão enfrentando uma séria crise econômica e de valores. Isso é muito importante. A ideologia do *american way of life* já não é sedutora como na década de 50. E, detalhe, não existe outra ideologia no mercado. Por isso, a nossa confusão, o nosso vazio, porque não queremos repetir a experiência do comunismo, que pareceu fracassado, pelo menos em parte não conseguiu alcançar os seus objetivos. Não é verdade?

O neoliberalismo está fazendo água. Nacional socialismo? Nem pensar, não é verdade? O que sobra? Não sobra nada. Nós temos que inventar alguma coisa. Nós temos que inventar alguma coisa. E começo essa invenção a partir do reconhecimento da nossa posição no mundo como potência do sul, que pode, do ponto de vista *soft power*, ser a principal potência do Hemisfério Sul, sem dúvida. Mas faltam os equipamentos.

Então, é hora de começar a olhar com mais seriedade e tentar convencer a opinião pública brasileira de que, sim, investimento em Forças Armadas é investimento em desenvolvimento e também em educação da nossa sociedade.



Este mapa é de Thomas Barnett, geopolítico norte-americano que tem muita influência sobre o Presidente Obama, e divide o mundo em três faixas: a faixa do norte, onde estão justamente as grandes potências que são os centros do capitalismo mundial, os centros globais. O Brasil e a Índia estão fora da zona picotada. O Cone Sul todo, a África do Sul, a Índia, a China e a Rússia, os BRICS, e a Austrália são considerados países funcionais ao sistema econômico global. E o que está dentro da linha pontilhada é o que ele chama de “o fosso dos não integrados”, expressão que ele usa, ou seja, o fosso dos países não integrados, aqueles que não conseguiram se ajustar à globalização e estão decadentes.

Essa visão de mundo, como os senhores puderam perceber, é diferente da minha, sobretudo porque, no meu caso, eu junto o mundo tropical com o mundo austral num mundo meridional. Vejam as potencialidades. Tudo que está em azul é menor potencial biológico e o que está cada vez mais vermelho é a maior incidência de biodiversidade. É visível a predominância do sul do ponto de vista da biodiversidade, poderia me estender muito aqui. O ferro é outra riqueza exclusiva do sul.

O choque de civilizações é outra abordagem. Parece-me que Huntington comete alguns deslizos, o que nos coloca um problema interessante. Se de um lado as nossas elites se imaginam parte do ocidente, Huntington pelo menos diz que não. Não é verdade?

Vou encerrando com o que chamo de sentido de urgência para as questões de defesa em nosso País. Desde a Guerra das Malvinas nós não temos um aparato jurídico de segurança, porque o TIAR foi rompido, como sabemos muito bem. O CDS parece ser um ensaio no sentido de substituir o TIAR, mas ele ainda não está plenamente configurado. O Conselho de Defesa Sul-Americano pode vir a resolver esse desafio duplo da segurança e do desenvolvimento, desde que nós saibamos nos focar em tecnologias intermediárias.

Esse é um mapa das nossas ameaças, como já foi dito aqui pelo Ministro. Vou direto ao ponto: as nossas ameaças, do ponto de vista da defesa, hoje vêm pelo mar, só poderes aeronavais podem ameaçar a defesa da Nação brasileira. No continente, a própria integração está fazendo com que não haja mais o risco de uma invasão terrestre. Desse ponto de vista, espero a compreensão dos oficiais do



Exército e da Aeronáutica, mas o momento é da Marinha. Mas não só, Marinha e ferrovias, o que o Exército também pode ajudar a fazer.

Está na hora de o Brasil acordar para a necessidade de implementar um sistema ferroviário de dimensões continentais em nosso País. Não é possível que continuemos com 90% das nossas mercadorias sendo transportadas por caminhão. A única mercadoria que vai de trem é o minério de ferro e a soja, e os brasileiros não andam de trem, só de avião.

Aí estão, portanto, as tecnologias intermediárias que eu acho cruciais para o Brasil. Vejo que o Brasil não consegue desenvolver, por exemplo, o projeto do trem-bala, porque ele é muito caro. Aspiramos a isso. Queremos o que há de mais avançado. “Mas e os meios?” “Ah! Não temos.” Bom, então, não temos nada. Não é verdade?

Se fizermos alguma coisa mais calibrada com as nossas condições, como o êxito do tucano mostrou, vamos conseguir resolver os três problemas: destravar o nó do desenvolvimento econômico; ganhar maior capacidade de defesa, de dissuasão; e, conseqüentemente, colocar o Brasil numa projeção de poder maior. Esse é o Tikuna, que, na minha opinião, deveria ser bastante ampliado. A frota do Tikuna, que já é uma incorporação de tecnologia, mostra a nossa capacidade de produzir tecnologia intermediária.

O trem que menciono aqui, que está na foto, é o Pendolino italiano, de duzentos e poucos quilômetros por hora, uma tecnologia um pouco mais antiga, mas que para São Paulo e Rio iria muito bem.

Finalmente, para o pessoal da Aeronáutica, a foto do F-20, o Tigershark, um avião que os americanos queriam fazer e acabaram não fazendo, porque era muito barato. Já temos *know-how* com o F-5M. E o meu palpite: se fizéssemos o F-20 agora, conseguiríamos não apenas equipar o nosso espaço aéreo com um vetor de defesa eficiente como também conseguiríamos uma plataforma de exportação.

Encerro a minha exposição justamente fazendo essa pergunta: o que queremos em relação ao FX? Apenas defesa do espaço aéreo ou também exportar?

Desculpem-me se me estendi muito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - A Mesa agradece ao Prof. André Martin.



Eu quero explicar ao professor que eu cumpro uma deselegante e desagradável missão de restringir o tempo dos palestrantes, mas é em função do respeito aos demais oradores. A Mesa gostaria de agradecer ao Prof. André.

Eu tenho dito que uma das funções precípuas dos inúmeros colóquios que têm sido promovidos pela nossa Presidenta, Deputada Perpétua Almeida, e pelo nosso colegiado é aproximar a sociedade do Parlamento, por extensão do Poder Executivo, na análise da nossa política externa e da nossa política de defesa nacional. Eu não tenho dúvida de que a academia tem um papel muito importante nesse processo, a julgar pela brilhante e abrangente palestra do Prof. André Martin.

O SR. ANDRÉ MARTIN - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - O próximo orador a fazer uso da palavra é o Prof. Alfredo Jalife-Rahme, da Universidade Autônoma Metropolitana, do México, colunista do *La Jornada*, que dispõe de 20 minutos para a sua exposição.

Professor, eu peço a sua vênua para consignar a presença do Embaixador do Nepal no Brasil, Sr. Pradhumna Shah.

O SR. ALFREDO JALIFE-RAHME - (*Exposição em espanhol.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - A Presidência agradece muitíssimo ao Prof. Alfredo a gentileza de ter aceito nosso convite, de ter se deslocado do México até aqui e trazer uma nova perspectiva para nosso debate.

Quero crer que, aos poucos, vão se descortinando as repercussões para o Brasil. Afinal de contas, é proposta deste seminário encontrarmos as repercussões para o Brasil deste novo mundo, deste mundo multipolar.

Quero crer, se bem compreendi os dois expositores, que há consonância em relação àquilo que se convencionou chamar de Cooperação Sul-Sul, de que essa é uma lógica interessante para nosso País.

Antes de passar a palavra ao próximo expositor, quero lembrar que haverá um *coffee break* no encerramento do nosso painel e, posteriormente, o lançamento do livro intitulado *Torpedo — O Terror no Atlântico*, de autoria de Marcus Vinicius de Lima Arantes.

Próximo expositor, Major-Brigadeiro Roberto Carvalho, Subchefe de Inteligência Estratégica do Ministério da Defesa. V.Exa. tem 20 minutos.



O SR. ROBERTO CARVALHO - Deputada Perpétua Almeida, Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Leonardo Gadelha, Srs. Parlamentares, Sras. e Srs. Embaixadores, Srs. Oficiais-Generais, Srs. Adidos, minhas senhoras e meus senhores, cumpro aqui uma missão difícil: falar depois de tão brilhantes exposições e do nosso Ministro da Defesa.

Na verdade, o Sr. Ministro já traçou, em sua conferência, grande parte de minha apresentação. Minha intenção, portanto, como sabia disso, é focar a apresentação em assuntos estritamente de defesa. Os senhores não verão, em minha apresentação, maiores inserções no campo político. Buscarei mostrar às senhoras e aos senhores como vemos, no Ministério da Defesa, já num nível um pouco mais baixo, as grandes tendências dos cenários estratégicos globais e suas implicações na defesa.

Procurarei seguir o seguinte roteiro: tratar inicialmente das linhas gerais de atuação das nossas Forças Armadas determinadas por nossa Estratégica Nacional de Defesa. É claro que, aqui, somente lembrarei alguns tópicos já conhecidos pelas senhoras e senhores que serão úteis no transcurso de minha apresentação.

Falarei, em seguida, sobre os temas de interesse da nossa palestra, como já citei anteriormente, focados nos interesses de defesa do Brasil, dividindo-os em áreas geográficas.

Finalizarei apresentando rapidamente o que visualizamos da inserção da defesa nos organismos internacionais com os quais nos relacionamos.

No âmbito da defesa brasileira, processam-se mudanças que visam a atender ao estabelecido na nossa Estratégia Nacional de Defesa e que resultam de maior estabilidade política e econômica.

Nas perspectivas de médio e longo prazos, tem-se o propósito de modernizar a estrutura nacional de defesa atuando em três eixos estruturantes, conforme já citados anteriormente: a reorganização de nossas Forças Armadas, a reestruturação da indústria nacional de defesa e a política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

O nosso País é pacífico por tradição e convicção, como descrito na Estratégia Nacional de Defesa. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, a defesa da paz e a solução pacífica



dos conflitos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro, não devendo ser entendido como complacência ou desarmamento, como citou nosso Ministro anteriormente.

O Brasil, pretendendo ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, há que estar preparado para se defender não somente das agressões, mas também das ameaças. Dessa forma, nossa Estratégia Nacional de Defesa elenca diversas diretrizes, das quais destaco algumas e que são voltadas à área internacional. Dentre elas, podemos ver uma que estimula a integração da América do Sul, fomentando a cooperação, integrando bases industriais de defesa e, o já mencionado, Conselho de Defesa Sul-Americano.

Outras diretrizes.

Preparar nossas Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz.

Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento.

Finalizando essa parte de diretrizes, gostaria de mostrar às senhoras e aos senhores que também devemos capacitar a indústria nacional de material de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis, incentivando a competição em mercados externos, incentivando também a UNASUL, a produção em conjunto com outros países da região.

Essas diretrizes balizam, portanto, os nossos estudos no Ministério da Defesa, dentro desse vasto universo do relacionamento internacional.

Isto posto passaremos a analisar temas de interesse para o nosso País sob um enfoque da defesa. Como disse anteriormente, procurarei dividir, unicamente para fins de melhor visualização, minha apresentação em áreas geográficas, citando os interesses nacionais visualizados para cada uma e eventualmente apontando repercussões para o nosso País.

O professor disse que a vez é da Marinha, mas eu gostaria de convidar a plateia para entrar em um avião virtual e apertar os cintos. Vamos decolar para a nossa viagem.

Iniciaremos pela América do Sul.

A América do Sul é região com recursos naturais abundantes e provavelmente atrairá cada vez mais a cobiça internacional. Nesse sentido, a



crescente cooperação regional poderá contribuir para o desenvolvimento dos países sul-americanos, garantindo a segurança e a estabilidade regionais. Alguns interesses brasileiros estão descritos nas próximas figuras.

A manutenção da estabilidade, da paz, da segurança regional do nosso continente e a projeção do Brasil e sua maior inserção em processos decisórios regionais por meio do Conselho de Defesa Sul-Americano.

Ainda como nossos interesses na área de defesa: incrementar as relações militares com os países da região visando à construção de um conceito sul-americano de defesa que eleve a capacidade dissuasória do subcontinente, e a convergência de ações entre nossos vizinhos, visando à redução da criminalidade transnacional.

A América do Sul, por estar afastada de focos de maior tensão mundial, já citados aqui anteriormente, pode ser considerada uma região com relativa estabilidade. A possibilidade de conflitos interestatais é pequena, mas não nula, em face de contenciosos históricos existentes entre diversos países.

Podemos citar, por exemplo, algumas preocupações presentes em nosso entorno que são, na minha apreciação, basicamente os ilícitos transnacionais.

Decoemos mais vez e mudemos de área geográfica para falarmos do Atlântico Sul.

O Atlântico Sul confere importância geopolítica ao Brasil em face da posição estratégica. Como sabemos, cerca de 95% do comércio internacional de interesse do nosso País é realizado por meio marítimo. A aproximação com a África atlântica, o apoio aos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assim como o Programa Antártico Brasileiro, visam à ampliação da nossa presença no entorno estratégico do Atlântico Sul.

Podemos visualizar os nossos interesses nessa área.

Inicialmente, o reconhecimento do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação, o estabelecimento de políticas de defesa com os países de interesse estratégico do Atlântico Sul, o fortalecimento dos poderes naval e marítimo brasileiros, de forma a dar segurança às linhas de comunicação marítimas e às linhas de comunicação de navegação aéreas, a segurança e defesa dos campos das plataformas de exploração de petróleo e a segurança e defesa da plataforma continental estendida, a nossa Amazônia Azul.



Mas existem também preocupações. Podemos citar as ações de pirataria e atentados terroristas ao tráfego marítimo e às plataformas de petróleo do Atlântico Sul, bem como disputas envolvendo reivindicações por demarcações de territórios e controles sobre recursos naturais estratégicos nesse oceano.

Passemos à Antártica.

O Programa Antártico Brasileiro tem como principal objetivo o desenvolvimento de um programa científico, permitindo ao País a condição de membro consultivo do Tratado da Antártica, tendo direito a voto nas decisões sobre o futuro daquele continente.

Estes são os nossos interesses visualizados: o acesso estratégico às passagens no sul, entre os oceanos Atlântico e Pacífico; o desenvolvimento de pesquisas científicas de interesse para o Brasil; a garantia de direitos de exploração futura dos recursos naturais da Antártica; a influência nas deliberações sobre o futuro do continente e o estabelecimento de parcerias e cooperação com outros países que lá atuam.

Como preocupação, podemos citar o comprometimento das pesquisas científicas considerando o fatídico incêndio que atingiu a nossa Estação Antártica Comandante Ferraz.

Surge à nossa análise agora o continente africano.

Esse continente é fonte de recursos minerais e energéticos. Por outro lado, conflitos étnicos, tribais, religiosos, econômicos e disputas políticas instabilizam a situação interna de alguns países. Em muitos deles, os governantes estão no poder há décadas. Porém, os regimes políticos autoritários começaram a ser contestados. Revoltas populares e manifestações ocorridas na Tunísia, no Egito e na Líbia são exemplos do desejo de transformação que vinha sendo contido, muitas vezes com violência. Não por acaso, a ONU mantém missões de paz em alguns desses países. Em nosso juízo, esse quadro não deve se alterar em curto prazo.

A pirataria, mais uma vez, tem mobilizado a comunidade internacional, incluindo os países africanos atingidos por essa atividade, especialmente da costa da Somália até Moçambique, mas não nos esquecendo que também o fenômeno já ocorre na parte oeste da África.



Devido à deficiência institucional e de defesa de algum desses países, acordos bilaterais têm permitido a presença de forças navais estrangeiras em águas territoriais de países como a Somália, por exemplo.

Na África visualizamos os seguintes interesses de defesa: intercâmbio com as forças armadas das nações africanas no entorno estratégico do Atlântico Sul, buscando a cooperação sul-sul, e a solidariedade com os países pobres e em desenvolvimento e a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros nos países do continente africano.

Como implicações à nossa área de defesa citamos o comprometimento da segurança de brasileiros residentes devido à instabilidade na região e a já citada pirataria.

Mudemos para a América do Norte.

O governo dos Estados Unidos tem buscado reaproximação com a América Latina e, mais particularmente, com a América do Sul.

Os Estados Unidos continuam considerando o narcotráfico como ameaça à segurança daquele país, mas preferem combatê-lo na vertente da oferta.

Os Estados Unidos têm uma visão favorável sobre o papel do Brasil em ajudar administrar conflitos na América Latina e sobre o papel das tropas brasileiras no Haiti.

Recentemente, como já citado, os Estados Unidos priorizaram a sua defesa para o eixo Ásia-Pacífico, através de sua nova estratégia de defesa nacional.

Quais são os interesses que visualizamos na área de defesa com a América do Norte?

Desejamos a manutenção do diálogo construtivo e soberano na esfera bilateral para gerar confiança na área de defesa e oportunidades de intercâmbio; ampliação e diversificação do intercâmbio científico e tecnológico, visando a capacitação de nossa indústria nacional e o desenvolvimento dos setores estratégicos, quais sejam, espacial, cibernético e nuclear.

Falemos agora da América Central e Caribe.

Aqui destacamos evidentemente o protagonismo do Brasil na missão de estabilização do Haiti, cujo componente militar tem comando brasileiro desde o início da missão. Por outro lado, não se pode descurar do lamentável fenômeno que vem se alastrando pela América Central, a expansão das atividades do narcotráfico.



Nossos interesses de defesa na América Central e Caribe são a manutenção da paz e da segurança no subcontinente; a projeção do Brasil no concerto das nações; e a cooperação e a solidariedade, novamente, com os países pobres e em desenvolvimento.

Visualizamos como implicações e impactos na defesa, falando somente do Haiti, a preocupação que temos com a redução do componente militar da MINUSTAH, e entendemos que é importante a continuidade da missão, dentro dos parâmetros definidos pela ONU, visando a reestruturação das instituições nacionais daquele país.

A implicação na América Central, como já citado anteriormente, é o narcotráfico.

Quanto à Europa, também já citada em palestras anteriores, o continente passa por uma séria crise econômica, que teve início em 2008, e com reflexos no crescimento econômico dos países da zona do Euro. Portugal, Espanha e Grécia foram bastante atingidos pela crise, que começa também a preocupar grandes economias, como França e Alemanha. Um dos problemas decorrentes da crise é o desemprego. A austeridade fiscal adotada pelos países da União Europeia vem gerando protestos violentos por parte da população em alguns países.

Visualizamos no Brasil que o interesse de defesa com a Europa é muito semelhante — as senhoras e os senhores perceberão — ao dos Estados Unidos: a manutenção de um diálogo construtivo e soberano, buscando manter e ampliar parcerias tradicionais para gerar confiança na área de defesa e oportunidade de intercâmbio; e a ampliação e diversificação do intercâmbio científico e tecnológico visando a capacitação da indústria nacional e o desenvolvimento dos setores estratégicos espacial, cibernético e nuclear.

Prosseguimos com o Oriente Médio — este, sim, um setor de muita preocupação. O impasse representado pelo conflito entre palestinos e israelenses é um dos maiores desafios a ser vencido para a paz na região. A comunidade internacional pressiona Israel para a desocupação da Cisjordânia e Faixa de Gaza, com a conseqüente criação do Estado da Palestina.

Neste mês de novembro de 2012, após uma semana de combates entre o Hamas e as forças de defesa israelenses, foi celebrado um cessar-fogo por



intermediação do Egito e dos Estados Unidos — isso mostra, então, a instabilidade existente na região.

O Irã continua a desenvolver o seu programa nuclear, enriquecendo urânio, apesar das tentativas de controle externo, o que gera incertezas em alguns países quanto à destinação deste produto para fins militares.

Na Síria, continuidade dos combates entre as forças leais ao Governo de Bashar al-Assad e os grupos de oposição, cuja falta de unidade dificulta as operações militares. A ONU retirou seus observadores do país devido à escalada da violência, e ações militares de maior vulto por parte da comunidade internacional foram vetadas pela China e pela Rússia.

Tudo isso é pesado pelo nosso segmento de defesa. A relação dos países do Oriente Médio com o Brasil vai além de laços comerciais. A existência de comunidades desses países no Brasil influencia nossa política externa. As instabilidades e esses conflitos fazem parte da pauta de assuntos do Governo brasileiro, muito especificamente do Ministério das Relações Exteriores, e são objeto de constante acompanhamento pelos órgãos brasileiros responsáveis.

Por fim, vale ressaltar a presença brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Líbano, onde o Brasil exerce o comando da sua força tarefa marítima.

Fecharemos nossa viagem com a Ásia.

Evidentemente, o país protagonista da região é a China, que investe na reestruturação e modernização do seu Exército Popular de Libertação com o objetivo de sustentar sua posição geopolítica e garantir o livre acesso às rotas comerciais que mantêm o seu crescimento econômico.

Outros países asiáticos, como Japão, Coreia do Sul, Índia e Taiwan, também buscam modernizar suas forças.

Nossos interesses na área são a manutenção da paz e a segurança, o incremento do intercâmbio científico e tecnológico, visando o desenvolvimento dos setores estratégicos, e a defesa dos interesses nacionais, de pessoas, bens e recursos brasileiros no exterior.

Gostaria agora — aterrissando nossa aeronave já de volta — de conduzir a plateia por um terreno não delimitável geograficamente, mas de sérias implicações na defesa para todos os países: o terrorismo.



O terrorismo é uma das principais ameaças à segurança da comunidade internacional na atualidade. A preocupação básica para o nosso País, como já citado também, é a realização de grandes eventos. Sediaremos a Jornada da Juventude, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e esse tema é tratado com muito interesse em nosso Ministério.

As implicações são os danos em infraestruturas críticas e ataques terroristas contra missões diplomáticas, delegações esportivas, por exemplo, empresas, aeronaves, embarcações, perdas de vidas, danos físicos e repercussões políticas.

Ao finalizar minha apresentação, permitam-me tecer comentários sobre a inserção brasileira em diversos organismos internacionais: ONU, UNASUL, Conselho de Defesa Sul-Americano e CPLP.

Os nossos interesses estão expressos nas figuras que se seguem.

Na ONU: temos interesses na manutenção da paz e da segurança internacionais, com a participação brasileira em ações humanitárias e em missões de paz.

Na UNASUL e no Conselho de Defesa Sul-Americano: os nossos interesses são a prevenção de conflitos, a cooperação no campo da defesa regional e o desenvolvimento integrado e harmônico da região.

Na CPLP: a cooperação sul-sul, a solidariedade com os países pobres e em desenvolvimento, o intercâmbio com as Forças Armadas dos países da comunidade e a defesa dos interesses nacionais dos brasileiros dos países da mesma comunidade.

Ao encerrar minha apresentação, agradeço pela possibilidade de aqui estar. Quero dizer que nos orgulha verificar que o Brasil assume papel de protagonismo em um novo cenário global.

Como diz o Prof. Francisco Carlos Teixeira da Silva, tal protagonismo decorre das nossas riquezas naturais, bem como da obra do próprio povo brasileiro, que transformou este País nos últimos 20 anos em uma das maiores economias do planeta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - Nada como disciplina e precisão militares: 19 minutos. A Mesa agradece ao Subchefe de Inteligência Estratégica do Ministério da Defesa, o Major-Brigadeiro Roberto Carvalho, que nos



deu um panorama da visão da nossa base militar acerca do que ocorre no mundo nesse instante.

Como prometido no início do nosso encontro, será aberta agora a possibilidade de os senhores debaterem e fazerem questionamentos aos nossos expositores. Para tanto, há uma pessoa coletando as inscrições.

Alguém inscrito? Poderia levantar a mão? Vejo pelo menos três pessoas ali. Se for possível, vamos levar o microfone ali. Por favor.

Mantenham os braços levantados para que levem o microfone até aí. Peço que se identifiquem

O SR. FELIPE SALLES - Eu sou Felipe Salles, editor da revista *Base Militar*.

Eu gostaria de perguntar para o grupo todo qual seria a visão de vocês sobre um cenário de risco militar real que envolvesse o Brasil — num futuro de, sei lá, 10, 20, 30 anos —, em que tivéssemos que enfrentar uma situação de chegarmos a disparar mísseis e... Nada assim assimétrico. País contra país.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - Faremos primeiro as perguntas e, depois, daremos as respostas. Esta é a sugestão da nossa Presidência.

Peço ao próximo inscrito que se identifique, por favor.

O SR. FÚLVIO VICENTINI - O meu nome é Fúlvio Vicentini. Sou estagiário do Ministério da Defesa, mas minha pergunta vai ser como estudante de Ciência Política e cidadão que tem fome de conhecimento sobre a área.

Devido à importância do regionalismo futuro, como exposto pelo Prof. Alfredo, e ao que o Exmo. Sr. Ministro da Defesa, Celso Amorim, falou sobre a conscientização da sociedade das ameaças que o Brasil pode enfrentar no futuro, a minha pergunta vai ser sobre a América Latina, que muitos acadêmicos consideram uma zona de incerteza e instabilidade, de muitas formas.

A Argentina tem incertezas políticas e econômicas, a Venezuela tem crise de legitimidade e também política, a Bolívia, o Equador, o Paraguai tem um ex-presidente deposto e foi suspenso do MERCOSUL... Como isso pode afetar a cooperação entre os países da América Latina? Nós podemos considerar essa instabilidade — que eu vejo e eu acredito não estar sozinho — na América Latina já uma ameaça para o Brasil talvez até militarmente? A minha pergunta é para todos os que estão na Mesa.



A SRA. FERNANDA - Boa tarde, meu nome é Fernanda, eu sou jornalista e sou da FSB Comunicações. Nós temos alguns clientes, dentre eles a Confederação Israelita do Brasil, e foi muito interessante a exposição do Brigadeiro. Eu gostaria apenas de perguntar: o senhor fala que a preocupação com relação às comunidades do Oriente Médio aqui no Brasil influencia e preocupa de certa forma as estratégias de defesa, e eu queria entender um pouco melhor essa sua consideração.

O SR. ALEX RODRIGUES - Boa tarde. Sou Alex Rodrigues, repórter da Agência Brasil, agência pública de notícias vinculada à EBC, e gostaria que o Brigadeiro detalhasse a preocupação a que fez menção por parte do Ministério da Defesa quanto à possível ocorrência de atos terroristas durante a realização dos grandes eventos esportivos que o Brasil vai abrigar nos próximos anos.

(Não identificado) - Boa tarde, eu sou almirante de esquadra da reserva e doutorando em Ciência Política da UFF. A minha pergunta é se o senhor assinou o regionalismo, que tem sido uma tendência atual? Embora a ONU reconheça as regiões e não admita o uso militar por essas regiões sem que a ONU ou o Conselho de Segurança o respalde, o que nós estamos vendo é que essas regiões estão atuando sem o respaldo da ONU. Tendo em vista a abordagem do Prof. André e do Prof. Alfredo sobre a organização do mundo regional em que o Brasil poderia ter uma influência, ou liderar, caberia desvincular da ONU ou submeter as ações dentro da região ao Conselho de Segurança?

O SR. JOSÉ AUGUSTO - Meu nome é José Augusto e sou estudante de Ciências Sociais da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. A minha questão é para o Major-Brigadeiro Roberto Carvalho: visando concretizar o interesse nacional e até internacional, eu queria saber qual o recurso disponível, material e humano, para que se promova tal tipo de prevenção e defesa, dentro do que foi citado em questão de interesse pelo Major, tendo em vista o que foi falado aqui sobre uma potencial ameaça de invasão militar. Se existe realmente a possibilidade de se evitar isso por meio de armas ou material humano, enfim, eu queria saber qual o recurso disponível que as Forças Armadas têm.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - Como houve três perguntas dirigidas ao Major-Brigadeiro Roberto, sugiro que comecemos por ele.

O SR. ROBERTO CARVALHO - Se nós vemos emprego bélico nos próximos 10, 20, 30 anos foi o que o senhor perguntou. Não, eu não vejo. Não vejo em termos



não assimétricos, como o senhor bem citou; não vejo nesse espaço temporal ameaças bélicas convencionais.

A Fernanda perguntou sobre as preocupações que o Brasil tem com a região do Oriente Médio. Por que nós temos essas preocupações? O Brasil possui uma das maiores comunidades de árabes e israelenses, nós temos muitos descendentes de árabes e israelenses. Talvez por isso nós tenhamos tanta presença e tanta atenção com região, além de, claro, com os reflexos do que possa ocorrer em toda a região para o mundo inteiro. Especificamente quanto a sua pergunta: nós temos preocupações, raízes da nossa população, e lembro inclusive que fizemos uma extração de pessoal, uma retirada de residentes no Líbano, se não me engano, anos atrás, o que reflete e mostra bem a preocupação que ainda temos, e sempre teremos, com os brasileiros residentes no exterior bem como com os seus descendentes.

Preocupação com atos terroristas. Alguém... Desculpem-me, eu me perdi um pouco. Nós não nos descuidamos. Uma das características da atividade militar é sempre estar pensando na pior hipótese, na pior possibilidade. A pior possibilidade seria a ocorrência de um ato terrorista durante a realização de um grande evento. Então, isso, sim, é uma preocupação de todos os governos, não só do Governo brasileiro. Todos os países, especialmente aqueles que realizaram e realizam grandes eventos, possuem lamentavelmente essa preocupação, e nós não podemos ficar alheios a isso. O Governo brasileiro criou no Ministério da Justiça uma secretaria especial para grandes eventos. Dentre várias atividades, há a parte da segurança e, dentro da parte da segurança, claro, está todo esse leque de preocupações, e o tema do terrorismo estará sendo analisado ali.

Então, quando eu falo sobre terrorismo, essa é a nossa preocupação, a nossa preparação e a nossa colaboração com os demais países.

Falta uma pergunta, que eu talvez não tenha entendido direito. O senhor me perguntou se os recursos humanos e materiais hoje existentes são suficientes para nos contrapormos a eventuais ameaças? Bem, existe todo um trabalho de reequipamento das Forças Armadas. Como eu disse, não vemos em curto, médio e longo prazos ameaças convencionais. Eu não vejo, particularmente. Existem as ameaças assimétricas, os ilícitos transacionais, narcotráfico, etc. Para esse tipo de ameaça, nós poderíamos dizer que as Forças Armadas têm recursos suficientes.



E por que eu digo isso? Porque a missão de combate a esse tipo de fenômeno é uma missão subsidiária das Forças Armadas. A missão principal é defender a Pátria, é usar avião, soltar bomba, usar navio, atirar. Assim vemos, em termos genéricos, o emprego bélico das Forças Armadas. No Brasil nós temos a ação subsidiária, que é a de apoiar os órgãos de segurança pública.

Então, tentando lhe responder, eu penso que hoje, para conter esse tipo de ameaça, os recursos são suficientes. Mas não seriam suficientes para uma maior atuação, e por isso o Governo está fazendo todo esse esforço, a estratégia nacional de defesa, a colaboração do nosso Parlamento, as nossas estratégias e os nossos estudos, buscando reequipar as nossas Forças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - Agradeço.

O Prof. Alfredo tem a palavra.

O SR. ALFREDO JALIFE-RAHME - (*Exposição em espanhol.*) - (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - Para as suas considerações finais, tem a palavra o Prof. André Martin. (*Palmas.*)

O SR. ANDRÉ MARTIN - Eu vou procurar ser bem direto.

Com relação à primeira questão, sobre ameaças reais, quais potências, eventualmente, poderiam colocar a soberania nacional em risco, eu diria o seguinte: o problema da soberania hoje é global. Até a Guerra do Iraque, o princípio internacional que vigia era o princípio westfaliano, da defesa, da soberania dos Estados.

Recordemos que a primeira intervenção internacional no Iraque foi em defesa da soberania do Kuwait, não é verdade? Pois bem, a partir da segunda intervenção — intervenções na Iugoslávia, no Afeganistão, no Iraque, na Líbia —, as intervenções mostraram que a OTAN e os Estados Unidos são uma ameaça à soberania dos outros países. Essa é a questão. A OTAN, a partir da Guerra da Iugoslávia, deixou de ser uma organização defensiva da Europa Ocidental contra um suposto ataque soviético. Na medida em que não havia mais o Pacto de Varsóvia, a OTAN devia se diluir também? Não. Ela passou a ser uma aliança ofensiva, que faz intervenções *offshore*.

Preocupou-me muito, por exemplo — os senhores devem saber dessa notícia —, que foi feito um exercício da OTAN no Cabo Verde. Tropas da OTAN tomaram o



Cabo Verde, que está muito perto. E nós temos fronteira com o país da OTAN, não é verdade? A maior fronteira terrestre da França é com o Brasil.

De modo que, embora eu também preveja um cenário internacional nos próximos anos em que não chegaremos a algo tão dramático, preocupa-me, sim, o declínio das potências coloniais antigas: Inglaterra e França. Nós temos Malvinas, nós temos a Guiana Francesa, nós temos todo esse colar de ilhas oceânicas dificultando a transformação do Atlântico Sul numa bacia econômica. De modo que, sim, eu vejo Inglaterra e França como problemas. Se tivermos um dispositivo aeronaval e, ademais, uma articulação do Conselho de Defesa Sul-Americano, nós teremos duas forças de dissuasão consideráveis, que pesarão até para a OTAN e para os Estados Unidos na perspectiva, eventualmente, de uma ameaça à nossa soberania.

Então, de *per si*, o simples fato de mencionarmos um Conselho de Defesa Sul-Americano que engloba 400 milhões de pessoas, um conjunto considerável, já o torna um poder de considerável dissuasão. Se isso vier acompanhado do reaparelhamento militar — sobretudo nessa quadra histórica, porque vejo como potências ameaças justamente as potências aeronavais —, eu acho que, barbas de molho, no nosso caso, devem ser fundamentalmente com relação à França e à Inglaterra. A França ainda dispõe de ilhas. Ela controla o Canal de Moçambique. Pelo Canal de Moçambique passam 40% do petróleo mundial.

Então, se a nossa perspectiva, já na época do Golbery, era a de manter sempre aberta a ligação Índico com o Atlântico Sul, é bom ficar de olho. Essa me parece ser a resposta para a primeira questão.

Com relação aos problemas da América Latina, sim, claro, a América Latina ainda é um continente em formação e que não alcançou completamente a estabilidade política econômica e também não tem assegurada a sua plena soberania. Mas estamos caminhando bem. O fato de os Estados Unidos estarem muito preocupados ou com o Oriente Médio, como nessas últimas décadas, ou com o Extremo Oriente, com a Ásia e o Pacífico, como anuncia o Pentágono para as próximas décadas, nos dá uma margem de manobra muito maior.

Essas experiências de política econômica diferenciada em relação ao modelo neoliberal, que nós estivemos experimentando aqui na América Latina e que estão forjando um modelo mais nacionalista, mais de esquerda, ainda que seja difícil



defini-las, são políticas avessas ao modelo neoliberal. Para podermos continuar nessa marcha, sem dúvida, o fato de os Estados Unidos estarem muito ocupados com a Ásia nos dá maior liberdade. Temos que aproveitar essa janela de oportunidades e avançar no sentido da integração. Esta me parece ser a resposta.

A questão do Paraguai não me preocupa muito, porque a defesa que fizemos foi uma defesa importante de princípios — e agora vai haver eleições. Tudo vai se rearranjar e o Paraguai vai ser integrado tranquilamente, não tenho dúvidas disso.

O que, naquele momento, se discutiu, a meu ver, de maneira um tanto enviesada, foi como os países do MERCOSUL responderam com a suspensão do Paraguai. Mas eu pergunto: não deveríamos responder ou simplesmente aceitar o golpe de estado? Não me parece razoável. De modo que a reação existente, que foi a de aproveitar a ausência do Paraguai para incluir definitivamente a Venezuela, parece-me que foi a resposta adequada naquele momento.

Obviamente, a sociedade paraguaia agora vai enfrentar a discussão se quer ou não ficar com os seus vizinhos. Eu tenho certeza de que a nacionalidade paraguaia vai se manter na América do Sul, na UNASUL, vai optar por estar conosco no MERCOSUL, porque o Paraguai é parte inextricável da América Latina.

Então, não vejo tanto problema por aí, mas acho, sim, que estamos construindo instituições regionais específicas. Recordo-me inclusive que os mexicanos propuseram a criação da CELAC, que é uma instituição mais ampla, em termos geográficos, do que o nosso MERCOSUL e a nossa UNASUL. A Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos — CELAC também é uma institucionalização que vai na direção de uma maior aproximação entre todos os povos da América Latina, que me parece ser uma tendência inevitável para os próximos anos. Devemos, portanto, tirar disso as melhores consequências.

Finalmente, entendo que os problemas que aparecem no nosso ambiente latino-americano devem ser respondidos, em primeiro lugar, pelos próprios latino-americanos. Se há algum problema envolvendo dois países latino-americanos, que a UNASUL ou a CELAC sejam os âmbitos para resolver esse tipo de problema. O problema é melhor resolvido no local onde aparece.

A questão da ONU é a questão de se o Brasil vai ou não ter assento permanente no Conselho de Segurança. Aí está a diferença entre as nossas aspirações, as nossas potencialidades.



O brasileiro, em geral, acha que o País tem direito a um lugar no Conselho de Segurança da ONU. Nós aspiramos a isso. Já há algum tempo, as autoridades brasileiras manifestaram essa intenção.

Mas como chegar até lá, não é verdade? Uma das ideias que eu venho desenvolvendo é a do veto compartilhado, ou seja, as potências que têm assento no Conselho de Segurança alegam que não podem abrir um novo veto, um novo poder de veto, porque elas tiveram um tributo de sangue para alcançar esse privilégio na política mundial.

As potências que estão emergindo, em particular Brasil e Índia, são potências pacifistas. Como vão ter lugar no Conselho de Segurança permanente? Através de um veto compartilhado. Apenas quando Brasil e Índia, juntos, tiverem a mesma posição, poderão exercer o seu poder de veto.

Eu tenho impressão de que colocar isso diplomaticamente na ONU, no G-4, Brasil, Índia, Japão e Alemanha, deixaria as potências que têm assento no Conselho de Segurança numa situação muito constrangedora.

Hoje — eu acho que os senhores sabem —, os Estados Unidos aceitam o pleito do Japão e da Índia; não aceitam o do Brasil e o da Alemanha — curiosamente os países ocidentais.

Ora, mas por que isso? É a geopolítica, está certo? Ou seja, com Japão e Índia eles contêm a China, não é verdade? Agora com o Brasil e a Alemanha, eles perdem a Europa e a América Latina, está certo?

Então, por isso, eu tenho imaginado essa alternativa como uma proposta que, sendo colocado pelas quatro potências o veto compartilhado, vai colocar, em termos morais, uma situação muito difícil para as potências refutarem. E o aspecto moral, ideológico, hoje em dia é muito importante.

Não sei se respondi a tudo. Mas era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - Nós havíamos encerrado as inscrições, mas há ainda uma interessada. Só peço que dirija a pergunta para um dos nossos expositores, de forma a condensarmos a resposta, se for possível, por favor.

A SRA. MARIANNA BRAGHINI - Meu nome é Marianna Braghini, sou estudante de Ciências Sociais da Escola de Sociologia e Política. A minha pergunta era para todos da Mesa. Então, eu acho que eu vou deixar vocês escolherem quem



vai responder. A minha pergunta é em relação ao uso de forças militares privadas, que têm forte atuação, por exemplo, no Oriente Médio e na África. Uma vez que o interesse do Brasil é de paz e cooperação, eu queria saber se o País expressa alguma preocupação em relação à atuação desses exércitos, já que eles não estariam sujeitos às mesmas leis de guerra que os exércitos nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - Alguém se dispõe? (Pausa.) Acho que eu criei uma dificuldade.

O SR. ROBERTO CARVALHO - Uma boa pergunta... (Pausa.)

Sobre os exércitos mercenários, não é isso? (Pausa.)

Não constam em nossos estudos, parece-me. Nós nunca pensamos nessa possibilidade no Ministério da Defesa. Então, nos nossos estudos, as nossas ameaças, as nossas possibilidades, nós estamos nos preocupando com as capacidades. Quem vem do outro lado pode ser a, b, c ou d, pode ser mercenário ou não, nós vamos visualizá-los como nossos oponentes. Então, nós não estudamos, basicamente, esse sentido pontual que você colocou na sua pergunta, a preocupação com o exército mercenário. Então, eu não teria uma resposta mais detalhada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - Antes de encerrarmos o nosso encontro, eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra no púlpito o autor do livro *Torpedo — o Terror no Atlântico*, Marcus Vinicius de Lima Arantes, para falar um pouco sobre sua obra.

O SR. MARCUS VINICIUS DE LIMA ARANTES - Prometo que não vou falar mais do que 5 minutos.

Senhores componentes da Mesa, senhores oficiais gerais, senhoras e senhores, o tema desse livro é a maior tragédia da nossa história marítima, que foi o torpedeamento dos navios brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial. Ele não só enfoca essa tragédia como também tem algo a ver aqui com o nosso seminário, que é a invasão de águas territoriais brasileiras por um submarino alemão, o U-507, que foi o maior dos nossos algozes, que vem até a costa brasileira e provoca um massacre na costa brasileira. Dos 972 mortos na Marinha Mercante, 607 compatriotas nossos morreram pela ação do U-507.

Os nossos navios já estavam sendo bombardeados e torpedeados, mas longe daqui do Brasil, lá no Caribe, na costa leste americana. Então, longe dos olhos



sentimentais do povo brasileiro, o que não comovia muito o povo, nem o próprio Governo brasileiro.

Na época, o Brasil passava por um governo de exceção. Era a ditadura do Estado Novo. O Presidente Getúlio Vargas governava com poderes ditatoriais que lhe foram conferidos pelo golpe de 1937 e pela Constituição vigente, a chamada Polaca. E havia, não só do Presidente da República, mas também de boa parte do seu primeiro escalão, uma paixão muito grande pelos estados totalitários europeus.

O Estado brasileiro era estruturado à feição dos estados nazifascistas. A única tendência contrária era do Chanceler Osvaldo Aranha, que às vezes tinha que se desdobrar para poder ajeitar certas situações provocadas. Uma delas foi o discurso do Presidente Vargas, a bordo do Encouraçado Minas Gerais, da Marinha, na época nau capitânia, da Marinha, em que, na Festa Magna da Marinha, em 11 de junho de 1940, ele disse textualmente que não se sentiria contrariado caso a Alemanha viesse vencer a guerra. E aproveita para criticar a democracia imprevidente, o liberalismo imprevidente das democracias ocidentais. Mais uma vez Osvaldo Aranha teve que entrar em serviço para poder dirimir tudo isso.

Depois de termos já 13 navios nossos torpedeados, chega aqui o U-507. O U-507 nos foi enviado pelo Almirante Karl Doenitz, cuja missão foi justificada por um eufemismo de fazer manobras livres na costa brasileira. Fazer manobras livres na costa brasileira significou o ataque a 6 navios mercantes nossos, totalizando 607 mortos.

Devido a essa chacina provocada e a todas as manifestações populares que surgiram ao longo do tempo em todo o território nacional, o Governo brasileiro viu-se forçado, então, a declarar guerra aos países do Eixo, estado de beligerância em todo território nacional. Foram ao todo 34 navios afundados, 972 mortos, mais da metade dos mortos da FEB na campanha da Itália. Ou seja, o dobro da FEB na campanha da Itália.

Três foram os propósitos que me moveram a escrever esse livro. Primeiro, mostrar aos meus colegas oficiais da Marinha Mercante o belo legado de bravura que nos foi dado por colegas nossos do passado, que se imolaram, que deixaram seu sangue no mar, para poder manter os navios operacionais durante o conflito. Segundo, deixar esse fato evidente para o povo brasileiro, que infelizmente não tem conhecimento da dimensão dessa tragédia. Sabe-se que isso aconteceu, mas todas



as publicações sobre esse fato falam *en passant*, não falam como foi abordado no livro, em detalhes. E, terceiro, destacar o heroísmo de alguns colegas nossos da Marinha Mercante do passado, que estão lá relatados no livro, como foi o caso do Comandante do Alegrete, Capitão-de-Longo-Curso Eurico Gomes de Souza. Capitão-de-Longo-Curso Eurico Gomes de Souza, depois de ser torpedeado declarou o seguinte:

“Eu e todos os tripulantes do Alegrete aqui nos encontramos prontos para embarcar a qualquer momento. A obediência ao dever e à causa que defendem as nações aliadas, que é a própria causa do Brasil, vale muito mais do que a própria vida. É mais digno a um marujo morrer com honra a viver escravizado sob o desígnio de uma nova ordem que manda atacar navios desarmados e mata populações indefesas.”

Eu pediria apenas licença aos senhores para terminar esta minha fala com o último trecho do epílogo do livro:

“Devemos sempre nos lembrar de que os ataques sofridos pelos nossos navios na Segunda Guerra Mundial e a participação do Brasil no Teatro de Operações da Itália deixaram um importante recado, que deve ser bem assimilado pelas autoridades do nosso País. O Brasil, dono de uma imensa área de floresta tropical, que desperta a atenção do mundo com enorme extensão de litoral e cada vez mais assumindo posições de maior relevância no cenário das nações, necessita de Forças Armadas fortes e eficientes para preservar a nossa soberania.”

A questão da preservação da soberania nacional de um país impõe reflexões que deveriam transcender alguns conceitos de pacifismo que são discutíveis e perigosos. Seria inaceitável que situações de emergência nos peguem de surpresa e tenhamos a nossa soberania violada por falta de políticas que confirmem à defesa nacional a importância que lhe é devida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - A Mesa agradece ao Sr. Marcus Vinicius de Lima Arantes e informa ao público que logo ao fim do nosso encontro haverá um *coffee break* e uma sessão de autógrafos, em que o autor vai ofertar cem livros graciosamente ao público.

Quero informar que amanhã haverá continuidade do nosso encontro. O primeiro painel se iniciará às 9 horas, com o tema *O entorno geoestratégico brasileiro: cooperação com a América do Sul e a África*. Às 10h30min, haverá o segundo painel, com o tema *Defesa e sociedade: subsídios para apreciação da proposta de Livro Branco de Defesa Nacional remetido ao Poder Legislativo*.

Antes de encerrar, eu quero uma vez mais tecer loas à minha Presidente, a Deputada Perpétua Almeida, por seu esforço hercúleo. Encontros de alto nível como este têm-se tornado corriqueiros na Câmara dos Deputados, muito em função do trabalho, do esforço da Deputada Perpétua Almeida. E eu gosto sempre de deixar isso muito claro. É necessário que a gente renda homenagens a quem tem trabalhado (*palmas*) para tornar a Comissão proeminente e facilitar o trânsito da população brasileira a assuntos tão importantes para o futuro da nossa Nação.

Então, quero agradecer penhoradamente aos nossos convidados, que nos prestaram valiosíssimas contribuições nesta tarde, uma vez mais agradecer a cada um de vocês a presença e convidá-los para participarem da cerimônia de lançamento do livro *Torpedo — o Terror no Atlântico*, de Marcus Vinicius de Lima Arantes.

Está encerrado este painel. (*Palmas.*)